

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**IVAN DO VALE RAMALHO FILHO**

**ESTIGMA: UM ESTUDO DE CASO COM AGENTES DE SEGURANÇA  
PENITENCIÁRIA DA CIDADE DE CATAGUASES – MG**

**JUIZ DE FORA  
2019**

**IVAN DO VALE RAMALHO FILHO**

**ESTIGMA: UM ESTUDO DE CASO COM AGENTES DE SEGURANÇA  
PENITENCIÁRIA DA CIDADE DE CATAGUASES – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Paulo César Pontes Fraga

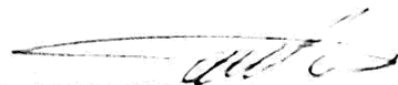
**JUIZ DE FORA  
2019**

**IVAN DO VALE RAMALHO FILHO**

**ESTIGMA: UM ESTUDO DE CASO COM AGENTES DE SEGURANÇA  
PENITENCIÁRIA NA CIDADE DE CATAGUASES - MG**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de Juiz de Fora  
como requisito parcial à obtenção do grau  
de Mestre em Ciências Sociais

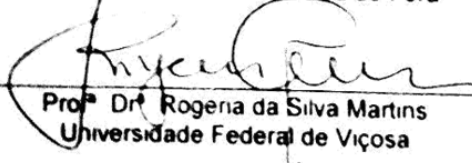
Dissertação defendida e aprovada em 30 de agosto de 2019



Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga  
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Felipe Maia Guimarães da Silva  
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof.ª Dr.ª Rogéria da Silva Martins  
Universidade Federal de Viçosa



## **AGRADECIMENTOS**

Durante o percurso de definição do objeto de pesquisa fui indagado por qual motivo pesquisaria o presídio da cidade de Cataguases. Cataguases é berço do modernismo brasileiro. Uma das cidades com mais obras de arte a céu aberto de todo o país. Um local que inspirou e continua inspirando o coração e a mente de uma série de intelectuais notáveis de nossa história. Dito isto, em uma cidade com tanto potencial de exploração de uma série de perspectivas distintas e interessantes, por que raios se decide estudar o presídio? Nunca consegui responder claramente essa pergunta. Mas a questão da violência sempre me intrigou. O universo penitenciário, por consequência, sempre suscitou minhas curiosidades e pude, ao longo da minha trajetória acadêmica pessoal, buscar compreender minimamente as dinâmicas desse mundo que ninguém quer fazer parte. Acima de tudo, busquei trazer alguma contribuição pessoal a essa cidade. Sempre estudei em Universidades Públicas, financiadas pela sociedade e considero ser relevante produzir algo em prol da busca da compreensão de problemas que nos atingem. A situação penitenciária no Brasil é dramática. Essas mazelas atingem também os profissionais que atuam nesses contextos e por isso, busquei contribuir com esse debate. E fazer isso na minha cidade, torna a experiência toda mais especial.

O caminho percorrido durante a trajetória acadêmica envolve um nível considerável de solidão. Esse processo de imersão no objeto de pesquisa é majoritariamente de responsabilidade do pesquisador, com suas dores e suas delícias. As parcerias que se estabelecem e o apoio das pessoas próximas tornam esse processo todo menos doloroso e por isso, escrevo essas linhas na intenção de direcionar esses agradecimentos a todos e todas que fizeram parte dessa minha jornada.

Primeiramente agradeço aos Agentes de Segurança Penitenciária da cidade de Cataguases, especialmente a diretoria do presídio, pelo apoio e pela disponibilidade. Foi um processo muito importante para mim como ser humano e como pesquisador buscar conhecer um pouco mais sobre a vida desses trabalhadores. Aprendi muito mais do que aquilo que está escrito nessa dissertação. Levarei suas histórias e suas batalhas comigo ao longo da minha caminhada nessa vida.

Agradeço também o amigo Hercyl Neto, por ter comprado a ideia da pesquisa e facilitado o contato com a diretoria da unidade penitenciária. Sem sua mediação tudo teria sido mais difícil e serei sempre grato pela confiança nesse e em outros momentos. Agradeço ao meu orientador Paulo pela disponibilidade, orientação e paciência de tocar esse trabalho comigo. Sua vivência enquanto pesquisador e professor sempre me inspirou a buscar fazer o melhor. Guardarei sempre na memória os momentos de aprendizado que pude compartilhar na sua presença. Agradeço também o Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais e a CAPES por financiarem esse trabalho.

Agradeço a meu pai por estar sempre presente quando precisei. Por ter sempre me apoiado em todas as escolhas que eu fiz sem nem ao menos questionar. Em um país onde o abandono parental é algo tragicamente comum, sei que sou uma pessoa privilegiada. Meu pai nunca estabeleceu autoridade através da violência ou do autoritarismo. Sempre buscou o diálogo e a compreensão. Sou uma das poucas pessoas que conheço que pode dizer que o pai é também um dos meus melhores amigos. E como amigos, às vezes nos atritamos e precisamos do nosso tempo e do nosso espaço. Mas a cerveja e o Tim Maia resolvem qualquer problema entre nós.

Agradeço a minha mãe. Já disse, em algum momento, que o nosso cordão umbilical nunca se rompeu completamente. A ligação que possuímos é algo que não se explica pela natureza da relação mãe/filho. Tenho certeza que é uma ligação espiritual. Logo eu, um cético, já tive mais de uma prova de que há muito mais coisa entre nós do que “sonha a vã filosofia”. Sua trajetória até aqui me inspirou e segue inspirando dia a dia. É um privilégio enorme ter você em minha vida e pode ter certeza, que mesmo não demonstrando, sempre estou aprendendo alguma coisa nova e agradecendo por ter você por perto. Sem seu apoio, seu colo e carinho eu não teria conseguido fazer nada do que consegui.

Agradeço a minha irmã. É um privilégio aproveitar a amizade sincera e honesta de um irmão. Minha irmã mais nova que está cada vez mais gigante! Encontrando seu espaço no mundo e traçando uma trajetória de vida que me orgulha e inspira demais. Agradeço pelas conversas sinceras, pelo apoio irrestrito e pela segurança que você me passa sempre de que estaremos sempre juntos, independentemente de qualquer coisa.

Agradeço a minha família. Minhas tias e tios. Sem o apoio financeiro (o dinheirinho pro guaraná), o colo e o carinho de vocês nada disso teria se realizado. Sou privilegiado também por ter muitas mães e muitos pais. Aos meus primos, pela inspiração, pelos conselhos, e pela amizade. Aos meus avós, por representarem tudo aquilo que eu quero ser um dia. Tenho dito que sou de uma família onde as pessoas se amam verdadeiramente e todo esse amor possui a raiz em vocês. vó Dinha, vô Sebastião, vó Beatriz e ao vô Ary, que apesar de não ter presenciado a conclusão de nada disso, eu sei que está sempre presente. Especialmente nos momentos mais difíceis lembro de você e, apesar da saudade, sinto seu amor e seu carinho sempre por perto.

Agradeço aos meus amigos. Nem me arrisco a citar nome por nome. São muitos, para a minha felicidade! Como tive o privilégio de viver em diversos lugares preciso defini-los geograficamente. Então agradeço aos amigos de Viçosa, meus amigos de faculdade que amadureceram junto comigo e seguraram minha barra nos momentos mais difíceis da minha vida. Agradeço aos amigos de Juiz de Fora. Apesar de morar pouco tempo na cidade consegui construir relações que sei que levarei pelo resto da minha vida. Aos meus amigos do Rio. O pessoal que tem descoberto essa cidade maravilhosa comigo e me proporcionado momentos de muita felicidade. Aos meus amigos do meu país Cataguases. São, em geral, meus amigos mais antigos. Voltar a morar em Cataguases durante a fase final da pesquisa me fez reencontrar pessoas queridas e, de certa forma, me reencontrar comigo mesmo. Amo todos vocês e, sem as conversas, os apoios, os porres e as aventuras, eu não teria conseguido dado um passo se quer.

À Leticia, minha companheira. Pelo carinho, pela paciência e principalmente por ter topado caminhar ao meu lado. Você vivenciou todo o processo da pesquisa comigo, incluindo as ansiedades, as inseguranças, os medos e também os momentos de euforia e felicidade. Sempre esteve disposta a me escutar e me oferecer o ombro. Sou um privilegiado por ter você na minha vida. Também sou uma pessoa melhor, cada vez mais. Como já te disse, nos seus braços me sinto livre, em casa e inteiro. Muito obrigado.

A palavra que mais repeti ao longo do texto foi privilégio. Tenho plena noção que sou uma pessoa privilegiada e consegui chegar no lugar onde cheguei porque

nasci na família que nasci, porque me relacionei com as pessoas que me relacionei e principalmente, porque, em algum momento, se pautou o acesso democrático a Universidade Pública nesse país. Universidade pública, gratuita e de qualidade. Uma universidade com a cara do povo brasileiro, dos filhos da classe trabalhadora, assim como eu. Me assusta concluir a pesquisa em um momento onde as universidades do país passam por um momento crítico. Onde uma educação emancipadora não é mais pautada pelo Estado. Onde a superficialidade e o obscurantismo dominam o debate político.

Nos resta resistir. Nos resta retomar as pautas de uma educação libertadora no debate político. Nos resta lembrar que a Universidade Pública é uma conquista da classe trabalhadora brasileira e que ela não deve ser destruída. Nos resta fazer com que se lembre do nosso passado para não reproduzirmos os mesmos erros. Nos resta compreender que todos aqueles que estão atravancando nosso caminho, eles passarão! E nós, passarinho!

A todos e todas citadas nesse texto, meus mais sinceros agradecimentos.



## RESUMO

A presente dissertação traz como objetivo a investigação de um estudo de caso de natureza qualitativa da atribuição de estigma aos Agentes de Segurança Penitenciária na cidade de Cataguases – MG. As prisões, como instituições orientadas pela lógica da exclusão e punição, impactam diretamente a vida daqueles que por ela passam. Utilizamos o conceito de estigma para compreender esses impactos de trabalhar em um local com as características de isolamento, violência e perigo constante. Trabalhamos com entrevistas semiestruturadas para compreender como esses estigmas se estabelecem em diferentes situações da vida do Agente. Compreendemos que existem diferentes perspectivas de atuação desses profissionais em constante disputa dentro da dinâmica da unidade prisional. Identificamos que a carreira de Agente de segurança Penitenciária, nos últimos anos, passa por um processo de profissionalização que se justifica, entre outras coisas, pelo abandono de um estigma tradicionalmente atribuídos aos “carcereiros”, de corruptos e violentos e essa profissionalização está relacionada com a adoção de uma série de medidas que aproximam a categoria às instituições militarizadas da sociedade.

**Palavras-chave:** Agentes Penitenciários; estigma; prisões.

## **ABSTRACT**

This dissertation brings to investigate a qualitative case study of the attribution of stigma to Prison Workers in the city of Cataguases - MG. Prisons, as institutions guided by the logic of exclusion and punishment, directly impact the lives of those who pass through it. We use the concept of stigma to understand these impacts of working in a place with the characteristics of isolation, violence and constant danger. We work with semi-structured interviews to understand how these stigmas are established in different situations of the prison worker's life. We understand that there are different perspectives of performance of these professionals in constant dispute within the dynamics of the prison unit. We have identified that the career of Penitentiary Security Guard, in recent years, goes through a process of professionalization that is justified, among other things, by the abandonment of a stigma traditionally attributed to the "jailers", corrupt and violent and this professionalization is related to the adoption of a series of measures that bring the category closer to the militarized institutions of Brazilian society

**Keywords:** Prison Workers, stigma, prisons

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1. PERCURSO METODOLÓGICO: AS DIFICULDADES DE SE FAZER PESQUISA EM PRESÍDIOS</b> .....	19
1.1 O PRESÍDIO NA CIDADE DE CATAGUASES .....	26
<b>CAPÍTULO 2. AS PRISÕES NO BRASIL</b> .....	29
2.1 O ESTADO E AS PRISÕES .....	30
2.2 A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL .....	34
<b>CAPÍTULO 3. OS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA NA LITERATURA</b> .....	38
3.1 O MUNDO DOS AGENTES .....	49
3.2 OS AGENTES PENITENCIÁRIOS E O ESTIGMA .....	52
<b>CAPÍTULO 4 O TRABALHO NO CÁRCERE SOB ÓTICAS DISTINTAS</b> .....	68
4.1 O CONTRATADO .....	68
4.2 O “RANÇO DO CONTRATO” .....	70
4.3 OS EFETIVOS OU CONCURSADOS .....	71
4.4 ANÁLISE DOS DADOS .....	73
4.3.1 A escolha da profissão .....	74
4.3.2 As mulheres da unidade .....	76
4.3.3 O treinamento .....	77
4.3.4 Os impactos da vivência profissional .....	79
4.3.5. O “jeitinho” .....	82
4.3.6 A família .....	84
4.3.7 A Sociedade .....	87
4.3.8 O Estado .....	88
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	94

## INTRODUÇÃO

O sistema penitenciário, desde sua gênese, impõe diversas questões relacionadas a sua função, organização e procedimentos, onde um sem número de pesquisadores buscaram empreender trabalhos em busca de respostas e proposições. O *welfarismo penal*<sup>1</sup>, caracterizado pelos discursos da implementação progressiva de políticas de reabilitação, dá lugar, a partir da década de 80 a uma perspectiva voltada para o controle, repressão e encarceramento em massa. As prisões então, pelos olhares da sociedade, perderam qualquer credibilidade em relação às perspectivas de possibilidades de ressocialização dos indivíduos condenados. Elas acabam por cumprir uma função depositária das pessoas que empreendem atos desviantes. No Brasil, o número de pessoas presas segue crescendo. Segundo dados divulgados no dia 08/12/2017 pelo Infopen – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, o Brasil se tornou o terceiro país com mais pessoas presas no mundo. A população carcerária cresceu de 698.618 em 2015 para 726.712 em 2016<sup>1</sup>. Neste mesmo levantamento foram divulgados dados em relação superlotação do sistema penitenciário. Segundo o Infopen, a porcentagem de superlotação das cadeiras brasileiras chegou a 197,4%. São 726.712 pessoas encarceradas para 368.049 vagas existentes<sup>2</sup>. As ineficácias dos programas de reabilitação penal estão relacionadas com problemas estruturais das prisões e são explicitadas pelo número considerável de reincidência. As características centrais do universo prisional brasileiro são o abandono e a violência. Nos primeiros dias do ano de 2017, essa crise se materializou em rebeliões nos estados de Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte que culminaram no total com a morte de 131 detentos<sup>3</sup>. Esses dados ainda revelaram mais uma face dessa realidade perversa. Cerca de 40% da população carcerária ainda espera julgamento.

---

<sup>1</sup> Garland (2005)

<sup>2</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-o-terceiro-pais-com-mais-presos-no-mundo-diz-levantamento-22166270> - acesso dia 05/03/2018.

<sup>3</sup> Dados disponibilizados pelo Departamento Penitenciário Nacional, em forma de relatório. É possível acessá-lo em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>

Após as rebeliões, a então Ministra do Supremo Tribunal Federal Carmen Lúcia, na época presidente do Conselho Nacional de Justiça, solicitou que houvesse um esforço em busca de tentar agilizar os julgamentos que ainda estavam em tramitação. Esse esforço, no entanto, de acordo com uma reportagem do dia 12/08/2017 da Folha, não obteve êxito mesmo após seis meses das rebeliões<sup>3</sup>.

O cenário em Minas Gerais não está destoante da realidade nacional. Segundo os mesmos dados do Infopen, o número de presos em MG em 2016 era de 68.354. Destes, 39.536 estavam ainda aguardando julgamento. O estado possui 189 unidades prisionais com 36.556 vagas disponíveis criando assim um déficit de 31.798 vagas. Esses dados são os mais atualizados disponíveis e apresentam um cenário caótico.

Levando em consideração este momento de radicalização dos problemas recorrentes no sistema penitenciário, buscaremos lançar luz sobre um componente pouco explorado por políticas públicas e pesquisas acadêmicas quando o objeto de discussão são as prisões: os agentes de segurança penitenciária. Esses profissionais que têm no cárcere sua forma de sustento e reprodução da vida material, precisam aprender lógicas e procedimentos próprios do universo prisional pela ótica da lei e pela ótica dos presos, além de trabalharem diariamente em uma situação de estresse motivada pelo risco iminente de qualquer ato que possa atentar contra a sua vida ou contra a vida daqueles que estão sobre sua responsabilidade.

O contingente de agentes de segurança penitenciária (considerado pelo banco de dados do Infopen como servidores em atividade de custódia) no estado de Minas Gerais é de 17.082, criando assim uma relação desproporcional de 3,7 detentos para cada agente. A complexidade que envolve essa situação de superlotação, dificulta o trabalho de custódia e cria obstáculos para a atuação profissional. Buscaremos, portanto, neste trabalho, lançar luz a uma situação específica que envolve a vida laborativa desses indivíduos: o estigma de trabalhar como um agente de segurança penitenciária.

Tentamos, através de uma abordagem qualitativa compreender os processos de sociabilidade aos quais os agentes de segurança são submetidos antes e durante sua formação e atuação profissional e, ainda, discorreremos sobre como é vivenciar

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/08/1909315-seis-meses-apos-massacres-estados-ainda-tem-presidios-superlotados.shtml> - Acesso em 22/03/2018

o estigma de uma profissão como essa. Também buscaremos apresentar os mecanismos criados pelos mesmos para a superação desse estigma. Para tanto, empreendemos uma pesquisa na unidade prisional de Cataguases – MG utilizando entrevistas em profundidade onde buscamos, a partir das respostas e fatos apresentados pelos agentes de segurança, levantar e problematizar questões relacionada à natureza de seu trabalho, assim como os impactos da vivência dentro e fora de um ambiente prisional na vida de um operador da segurança pública.

O interesse nesse objeto de pesquisa se deu por uma inserção em uma unidade penitenciária na cidade de Viçosa – MG, através do “*Programa de Educação Prisional em Minas Gerais: Educação para os direitos humanos nas modalidades diferenciadas de ensino*”, vinculado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, em meados de 2015. Como bolsista deste programa, tive a oportunidade de me inserir como pesquisador nas dinâmicas do funcionamento desta unidade prisional. A partir desta experiência foi possível observar a relevância dos agentes de segurança penitenciária nas deliberações e decisões daquela instituição. Este contato também propiciou uma relação mais estreita com a realidade laborativa destes agentes, seus dilemas e preocupações para além do trabalho no cárcere. A constante inquietude em relação a sua integridade física e reclamações acerca da insalubridade do serviço e da valorização social da função por eles desempenhada. A condição de recorrente vigília dentro de fora do presídio, sempre atento a possíveis retaliações ou perseguições que demandavam do agente e sua família uma vivência privada discreta e cautelosa, sempre em busca de passar despercebido da sociedade mais ampla. Esse contato pessoal com os agentes despertou meu interesse para buscar um acúmulo teórico sobre essa dimensão da realidade prisional pouco explorada nas pesquisas da comunidade acadêmica brasileira.

Nessa circunstância de busca por bibliografias e referenciais teóricos que nos propiciasse organizar essas informações para a elaboração de um projeto de pesquisa tive contato com a tese de doutoramento do Prof. Doutor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes intitulada “*Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*”. Neste trabalho, o autor empreendeu um grande esforço analítico sobre esta categoria profissional à luz das Ciências Sociais e se consolidou como um marco referencial para esta pesquisa. Moraes (2005), ao estudar o sistema

penitenciário do Paraná, nos mostra que esses profissionais não se estabeleceram como objeto de estudo privilegiado na academia brasileira. Suas ocorrências nas pesquisas desenvolvidas por aqui se apresentam de forma tímida ou pouco interessada, apesar de todos reconhecerem a importância dos agentes na dinâmica do cárcere. Isso pode ser explicado por duas possibilidades, segundo o autor. A primeira seria pela dificuldade normalmente encontrada para o acesso a estes agentes, uma vez que assumem uma postura desconfiada em relação às pesquisas desenvolvidas no universo prisional comumente tendo como objeto os presos. Segundo que a visibilidade social dessa prática profissional não é, em geral, digna de orgulho pelos próprios agentes. “O agente penitenciário não tem orgulho do que faz e esconde o quanto pode sua condição” (Moraes, 2005, p.54). Esse sentimento de vergonha, aliado à implementação de políticas e discursos de direitos humanos que, segundo a leitura dos mesmos, não contemplam esta categoria, cria uma barreira rígida que dificulta o desenvolvimento de esforços acadêmicos que busquem compreender melhor sua situação e demandas.

É sempre evidenciado em pesquisas que possuem o foco direcionado para o agente penitenciário que é muito comum o desenvolvimento de doenças físicas e emocionais. De acordo com Lopes (2002), é comum que agentes penitenciários se tornem dependentes de drogas, que incluem desde álcool a remédios controlados como antidepressivos e ansiolíticos para, segundo a autora, lidarem com a pressão existente no trabalho. Assim como, também é bem comum que transfiram para o ambiente familiar gírias, modos de se comportar característicos dos presos com os quais eles convivem (MORAES, 2013).

Barcinski, Altenbernd e Campani (2014) ao analisar o cotidiano de uma agente penitenciária afirmam que facilmente é possível observar relações ambíguas e contraditórias por parte da agente entrevistada com aquele contexto. Ora a agente se tomava por raiva e impaciência, ora empatia e proximidade. Quando perguntada sobre suas funções, oscilava entre ações de vigia e repressão e da expectativa de atuarem por parâmetros ressocializações. O relato exemplifica o caráter confuso da atividade, que, segundo o estudo, estava presente no exercício diário do ofício penitenciário.

Dentro do contexto penitenciário, os presos precisam aprender a lidar com regras, hierarquias e obediência inerentes aquele espaço, porém, é possível inferir

que esse aprendizado também deve ocorrer por parte da equipe dirigente e o corpo de funcionários e, portanto, os agentes de segurança penitenciária. Esse processo de aprendizado se consiste naquilo que Clemmer (1958) chamou de “prisionização”. Este conceito diz respeito ao aprendizado da “cultura da prisão”, que não se refere somente a rotina daquele espaço, mas também da aquisição de determinado tipo de linguagem e comportamentos. Como observou Sá (2007), esse aprendizado afeta também os profissionais ligados a prisão, como os agentes penitenciários. Moraes (2013) também nos mostra que os agentes, o quanto antes, também precisam aprender códigos, linguagens, conhecer seu lugar e suas especificidades assim como lidar com toda a pressão existente naquele ambiente hostil.

Em *“Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”*, Erving Goffman (1974), afirma que a sociedade busca meios de categorizar e diferenciar indivíduos a partir de qualidades diversas. Essa categorização se estabelece de forma inconsciente no dia a dia e adquire formas distintas de acordo com aspectos normativos que construímos ao longo de nossa experiência. Ao referenciamos uma pessoa com características consideradas ruins ou más, temos o estigma. Este conceito então, é utilizado para construções de identidade depreciativas.

A pessoa estigmatizada pode conferir diferentes posturas em relação a situação na qual está colocada pela normatividade social. Ela pode considerar sua situação como um “cabide”, favorecendo posturas vitimistas para justificativa de seus fracassos pessoais ou ainda, pode considerar sua condição como uma “benção secreta”. Nessa situação, o estigmatizado assume sua condição como algo que ele precisava passar para se tornar uma pessoa melhor, dentro daquilo que é considerado normal pela sociedade mais ampla.

Segundo Goffman, quando os “normais” e os estigmatizados se encontram e se relacionam socialmente, ambos enfrentarão as causas e os efeitos do estigma. O estigmatizado nunca saberá exatamente o que as pessoas com as quais ele estabelece relações naquele momento pensam dele. No caso dos agentes penitenciários, em diversos momentos das entrevistas, quando questionados se, em eventos sociais, se apresentavam enquanto agentes, muitos responderam que existe um receio em fazê-lo. Principalmente por não ter uma certeza das opiniões ou vivências de seu interlocutor. Também mobilizam a questão da segurança. Não



sabem se no ambiente possui algum familiar ou ex preso que possa ter lembranças ou opiniões contrárias à profissão. O fato é que o estigma existe. E ele é mobilizado em todo o momento nas falas dos entrevistados.

Interessa-nos nessa discussão, a ideia de que, na sociedade, o encontro entre os estigmatizados e os “normais” ocorrem a todo momento. O indivíduo estigmatizado tende a sofrer um aprendizado relativo à sua condição e conseqüentemente modificar a concepção de si próprio, denominada pelo autor de “carreira moral”. Nesse caso, os indivíduos tendem, ao incorporar a noção e as conseqüências de seu estigma, criar uma dificuldade de manutenção de antigas relações sociais estabelecidas, assim como, da constituição de novas relações.

As prisões criam estigmas. Criam estigmas em relação aqueles que passam por elas como presos, mas também, em relação aqueles que tem nela sua profissão. O progressivo aumento do número de pessoas presas fundamentado pela perspectiva punitivista de um Estado Penal, também promove a criação e estabelecimento progressivo de novos presídios e conseqüentemente a demanda, cada vez maior, pela mão de obra dos Agentes de Segurança Penitenciária.

Dividimos o presente trabalho da seguinte maneira. No primeiro capítulo buscaremos contextualizar o trabalho metodológico da pesquisa, sobretudo as dificuldades de se fazer pesquisa acadêmica dentro de um ambiente prisional. Apresentaremos a estratégia definida para o levantamento de dados através das entrevistas, os inconvenientes burocráticos que dificultaram o andamento do trabalho e os artifícios encontrados para superá-los. Ainda nesta primeira parte, buscaremos apresentar uma breve contextualização do presídio da cidade de Cataguases e o impacto das políticas relacionadas ao sistema prisional no estado de Minas Gerais na dinâmica local.

No segundo capítulo faremos um levantamento bibliográfico sobre as prisões no Brasil. Há um acúmulo considerável de trabalhos de relevância histórica para as Ciências Sociais brasileiras que tematizam a questão penitenciária. Discutiremos também, ainda neste capítulo, o papel do Estado na manutenção das prisões e das lógicas punitivas que elas engendram. Apresentaremos a perspectiva de Estado Penal, discutida por alguns autores e que acreditamos ser fundamental para compreender a situação das políticas penitenciárias hoje. Discutiremos brevemente o

argumento de que as políticas de segurança pública como um todo no Brasil têm perpassado por um reforço no discurso da militarização.

No terceiro capítulo apresentaremos o mundo dos Agentes de Segurança Penitenciária. Buscaremos, também, apontar para as representações midiáticas dos agentes de segurança penitenciária e tentaremos relacionar essas representações com a forma que os agentes enxergam sua profissão. Durante o ano de 2018, foi ao ar na Rede Globo de televisão a série “Carcereiros”<sup>4</sup>. A série é baseada no livro homônimo do médico e escritor Draúzio Varela. O livro faz parte de uma trilogia, fruto de seus quase 30 anos de trabalho voluntário em presídios no estado de São Paulo. Apresentaremos uma revisão bibliográfica de pesquisas acadêmicas que tematizaram os agentes penitenciários e a suas relações com o estigma da profissão.

No quarto capítulo começaremos a tratar de aspectos relacionados aos resultados da pesquisa em si. Apresentaremos as diferentes categorias que conseguimos observar no campo: os agentes *contratados*, os *efetivos* e o pessoal do “*ranço do contrato*”. Na pesquisa, estes três tipos de agentes foram identificados e sua análise se tornou importante por identificarmos três formas diferentes de vivenciar a experiência do trabalho de agente e além disso, três formas distintas de lidar com os estigmas da profissão. Ainda no quarto capítulo levaremos em conta as relações dos agentes penitenciários fora do ambiente de trabalho. Buscamos localizar, tal como apresentado nas entrevistas, o papel da família, da cidade e o estigma de se trabalhar em um lugar “contaminado”. Por fim, teremos as considerações finais, trazendo reflexões sobre as principais conclusões da pesquisa e tentaremos localizar os resultados da pesquisa em um debate mais amplo que seria a progressiva militarização das políticas penitenciárias no Brasil.

---

<sup>4</sup> Varela, Drauzio, *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

## **CAPÍTULO 1. PERCURSO METODOLÓGICO: AS DIFICULDADES DE SE FAZER PESQUISA EM PRESÍDIOS**

Os primeiros passos de um pesquisador quando se propõe a investigar o universo carcerários são complexos. Normalmente é primordial que o primeiro contato seja feito com a unidade penitenciária em questão através de alguma forma de mediação. As prisões, pelo menos no que diz respeito à sua organização institucional, ainda são instituições totais<sup>5</sup>, fechadas. A inserção é repleta de dificuldades burocráticas e um clima de desconfiança pela incerteza dos resultados da pesquisa acabam criando empecilhos para a prática do pesquisador.

Para a realização dessa pesquisa na cidade de Cataguases, conseguimos contato através de um vereador da cidade que vem trabalhando junto ao presídio municipal na fiscalização do repasse de recursos da prefeitura, além de empreender uma atuação proativa buscando auxiliar no atendimento das demandas daquela administração penitenciária. Essa circunstância se apresentou como uma possibilidade arriscada de entrada no campo. No momento que buscamos o contato a relação entre o vereador em questão e a administração do presídio possuíam boas relações e isso inegavelmente facilitou o contato. Porém, se essa relação, por algum motivo se deteriorasse, isso poderia impactar significativamente a empreitada acadêmica proposta. A partir do primeiro contato, tivemos a oportunidade de visitar a unidade para uma reunião com o diretor e a diretora adjunta do presídio. Nossa visita já havia sido previamente comunicada e o interesse e tema da pesquisa já havia sido apresentado pelo vereador. No dia que conseguimos marcar a reunião, chegamos ao presídio que se localiza hoje em um local de altitude elevada, de difícil acesso na cidade, e nos foi solicitado algum documento oficial de identificação. Ainda na entrada principal da unidade, um agente penitenciário que ali estava indagou o vereador que nos acompanhava sobre a questão da pavimentação do asfalto municipal, segundo ele estaria em condições deploráveis e o questionou sobre a demora de uma resolução sobre essa questão. A atitude do agente não foi em nenhum momento

---

<sup>5</sup> Goffman (1961) define a instituição total como um local de residência ou trabalho de um certo número de pessoas que está deslocada da sociedade mais ampla e possui regimentos e estatutos institucionalmente gerenciados que regulam, limitam e/ou constroem o comportamento dos indivíduos nela inseridos.

áspera ou deselegante, mas foi incisiva e direta. Esta situação, em especial, exemplificou nossa insegurança em utilizar a figura de uma autoridade municipal como mediação do contato estabelecido. Posteriormente, na reunião propriamente dita, foi apresentada a proposta da pesquisa que foi prontamente aceita por todos ali presentes, inclusive com um entusiasmo motivador, proposição de questões a serem trabalhadas, além de uma total abertura para a utilização dos espaços da penitenciária para a realização das entrevistas e algumas perguntas e afirmações de curiosidade e euforia por termos determinado como objeto da pesquisa os agentes. No entanto, nos foi direcionado uma série de documentos que, após preenchidos, foram enviados a Secretaria de Estado e Defesa Social do Estado de Minas Gerais para avaliação da empreitada acadêmica.

Esses documentos foram quatro. O primeiro foi o formulário intitulado “Acompanhamento de Projetos de Pesquisa – Sobre o pesquisador”. Este solicita:

- Apresentação de dados pessoais do pesquisador;
- Dados relativos à pesquisa como título, tempo de duração, objeto a ser pesquisado;
- Se haverá utilização de gravação, imagens ou semelhantes, número de visitas estipulados previamente;
- Além de um pequeno termo a ser assinado comprometendo o pesquisador a avisar previamente qualquer alteração na pesquisa.

O segundo documento, intitulado “Formulário para Requerimento de Pesquisa junto a SEAP (Secretaria de Estado de Administração Prisional)” solicita:

- Os seguintes documentos: Declaração da Instituição de ensino, Cópia da carteira de identidade, cópia do CPF e resumo do projeto de pesquisa
- Novamente os dados pessoais do pesquisador;
- Cinco perguntas intituladas “dados referenciais”;
  - Se o pesquisador conhece algum estabelecimento penal;
  - Se o pesquisador possui algum familiar, amigo ou vizinho preso e em caso afirmativo é necessário informar o nome completo, grau de parentesco ou relacionamento, estabelecimento penal onde se encontra ou esteve preso e o motivo da prisão;

- Se visita ou visitou pessoa presa em estabelecimento penal. Em caso afirmativo deve informar o nome, quando, onde por que e o nome do preso;
- Possui amigo ou familiar que trabalhe na SEAP. Em caso afirmativo é necessário afirmar nome, lotação e grau de parentesco ou relacionamento;
- Se participa ou participou de qualquer atividade em unidade penal ou custódia de presos (defensoria, assistência jurídica, social, religiosa, educacional, médica, estágio de faculdade, etc). Se sim, circunstanciar;

O terceiro documento intitulado Termo de Compromisso, onde é solicitado um comprometimento por escrito de que o pesquisador deve informar qualquer alteração na pesquisa, assim como ao término da mesma, deve enviar uma cópia do trabalho para ser arquivada na secretaria.

O quarto documento é um termo de responsabilidade por uso de imagens e áudio, onde o pesquisador deve se responsabilizar pela divulgação das informações obtidas na pesquisa reconhecendo sua responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso indevido destes documentos.

Não nos foi apresentado qualquer impedimento em relação ao início das entrevistas a serem realizadas, porém, foi reforçado diversas vezes a importância desses documentos. Esse é um aspecto das dificuldades impostas para a iniciativa de uma pesquisa acadêmica em um contexto hostil às pessoas de fora. A atuação de um pesquisador é percebida por vezes através da figura de um “espião”, ou de uma pessoa que, por não compreender o dia a dia e as dinâmicas ali estabelecidas, está comprometido com a denúncia ou difamação da instituição penitenciária.

Max Weber (1971) ao propor uma análise dos fundamentos da organização burocrática como a construção de um tipo ideal, define a burocracia como um grupo de funcionários, organizados de uma maneira deliberada e submetidos à preceitos e diretrizes específicas exercem uma autoridade legal. Considera-se que a atribuição de normas ligadas visa fins utilitários válidos a todos aqueles dentro daquela organização. Resulta desta situação a impessoalidade das regras e a validade da postura de funcionários ligados a essa estrutura pautada por uma

racionalidade técnica. A especialização das funções e dos procedimentos se faz então, imprescindível para garantia da eficiência administrativa e a impessoalidade se aponta como um valor indispensável para garantia de uma administração racional, ilibada de tentativas de desvirtuação de uma perspectiva burocratizada. Assim como a maior parte dos setores da sociedade moderna, a administração carcerária está orientada por legislações, orientações de condutas e normas de funcionamento que buscam um gerenciamento efetivo de sua função punitiva. No que diz respeito especificamente à situação dos agentes, essas normas e regulamentos se fizeram necessárias a partir do momento que o Estado criou a carreira de “Agente de Segurança Penitenciária”. O objetivo central em torno dessa regulamentação de conduta está relacionado a necessidade de padronizar comportamentos, procedimentos e abandonar a imagem dos “carcereiros” como pessoas corruptas, violentas e sem profissionalismo. Esses documentos não eram necessários anteriormente segundo uma colega pesquisadora que empreendeu pesquisas na mesma unidade penitenciária nos anos de 2015 e 2016. Parte de uma iniciativa recente de burocratização das atividades acadêmicas, pelo menos na unidade penitenciária de Cataguases. Isto tudo posto, consideramos que ao se pesquisar o universo prisional é preciso estar atento as intempéries do campo. Até o momento da conclusão deste trabalho, a autorização não foi concedida. Devida à demora de uma resposta da secretaria responsável, a diretoria do presídio autorizou nossa empreitada por conta própria. E a partir daí pudemos começar os trabalhos.

O presídio da cidade de Cataguases, durante o período da pesquisa contava com um efetivo de 68 agentes. Destes, 5 são agentes mulheres. Entrevistamos agentes que trabalham em regime de contrato, concursados e os que foram contratados e depois passaram no concurso. Essa diferença se tornou um ponto fundamental para a conclusão deste trabalho.

Ao todo foram feitas 15 entrevistas em profundidade ao longo de 4 meses de inserção. Foi autorizado a utilização de um gravador de voz para realização das entrevistas. Ao todo, conseguimos reunir um total de aproximadamente 6 horas de material gravado. Duas entrevistas não foram gravadas por dificuldades técnicas do gravador, mas as respostas foram anotadas em um diário de campo. Todas as entrevistas foram analisadas individualmente para as conclusões da pesquisa sem

qualquer recurso de software de análise de dados. Como critério para finalizar as entrevistas, trabalhamos com a ideia de saturação. Devido ao baixo efetivo da unidade e um número considerável de agentes que estão no sistema a pouco tempo, consideramos que chegamos em um ponto satisfatório de informações a serem coletadas.

Outras dificuldades operacionais surgiram durante a realização da pesquisa. A presença do pesquisador na unidade era sempre avisada a diretora adjunta com antecedência. Ao chegar na unidade a presença era informada e ficávamos a aguardando a disponibilidade de um agente para nos receber. Como dito anteriormente, a unidade, assim como a maioria dos presídios do Estado, possui um déficit de profissionais, por isso, a rotina diária era sempre de muito trabalho e em alguns momentos chegamos a esperar durante muito tempo algum agente estar disponível para a entrevista. Normalmente conseguíamos fazer uma, ou no máximo duas entrevistas por vez. Ocorreu de, em algumas circunstâncias, ficarmos cerca de duas horas na unidade sem conseguir fazer nenhuma entrevista. Algumas entrevistas eram encerradas no meio devido a presença do agente entrevistado ser solicitada em algum tipo de serviço específico, e retomadas posteriormente em outro momento. As entrevistas ocorriam nos postos de trabalho dos agentes ou em algum local determinado pela direção do presídio. Os horários eram estabelecidos também pela direção, cabendo ao pesquisador se adequar a rotina de trabalho da unidade. Cada visita era imprevisível, mas com o tempo, observamos que os melhores dias para a realização da pesquisa eram segunda feira e terça feira na parte da manhã. No resto da semana, devido a rotina de visitas, cadastro de família, recebimento de mantimentos para os presos e conseqüentemente revista destes mantimentos e de pessoas, observamos que nosso atendimento não poderia ser prioritário pois essas funções demandavam um trabalho mais cuidadoso e estressante aos agentes. Ocorreu também, algumas vezes, de nossa presença ser vetada já no aviso prévio pela diretora adjunta devido a algum procedimento que iria ocorrer no dia.

Apesar das dificuldades, observamos um enorme entusiasmo com a pesquisa em boa parte dos agentes, assim como da diretoria do presídio. Em muitas entrevistas, os mesmos apontavam para a novidade de alguém querer escutá-los. A circulação da informação de que estava acontecendo na unidade uma pesquisa com

os agentes fez com que houvesse um interesse e curiosidade no trabalho que desenvolvemos. Por outro lado, como é de praxe em um ambiente penitenciário, houveram também desconfianças, tentativas de intimidação e alguns agentes optaram por não participar. Tivemos basicamente dois momentos de tentativa de intimidação. No meio de uma entrevista, um agente entrou na sala onde a entrevista ocorria e relata algo de impactante na rotina do presídio aleatoriamente:

Ô Agente 1, sabe aquele preso que matou por causa de 20 reais? Aquele que matou o outro lá na rua por causa de 20 reais! Tá arrumando confusão lá dentro... (Intervenção abrupta de um agente no meio da entrevista 1)

Outra tentativa de intimidação aconteceu no dia da primeira entrevista. Quando o pesquisador chegou na unidade, se apresentou e foi encaminhado até a sala da segurança. Lá estavam dois agentes do setor de inteligência da unidade e a primeira pergunta era sobre bairro onde o pesquisador morava. Essa pergunta é importante, uma vez que, a organização das galerias da unidade se faz pela rivalidade dos bairros da cidade. A pergunta, portanto, foi direcionada para garantir que o pesquisador não estava ali por qualquer vínculo com algum preso ou a mando de algum grupo.

A escolha dos agentes que participariam da pesquisa era aleatória. A diretora adjunta indicava alguém e essa pessoa podia participar ou não. Muitos se negaram a participar e isso, algumas vezes, frustrava um dia inteiro de pesquisa. Em um primeiro momento, os indicados eram agentes mais antigos na unidade. Solicitamos que também pudéssemos conversar com agentes mais novos. Buscamos criar uma amostra mais diversa possível. Entrevistamos seis agentes concursados, quatro agentes em regime de contrato e cinco agentes que passaram pelo contrato e depois foram aprovados no concurso. Identificamos que existe uma diferença significativa entre essas diferentes categorias, inclusive com posições distintas sobre o papel, a função e a forma de condução do trabalho dentro da unidade penitenciária.

No que diz respeito às categorias de trabalho dos agentes também foi possível observar um tratamento diferenciado com a pesquisa em si. Os agentes que trabalhavam a mais tempo na unidade se colocaram mais dispostos a colaborar. Falavam de forma mais livre e nos davam mais informações do que os novatos. A contribuição destes, portanto, foi mais enriquecedora para a reflexão que nos



propusemos a fazer. Este fato, portanto, não desmerece a participação dos agentes mais “novos” no serviço. A dificuldade destes mesmos agentes de falarem sobre o dia a dia da prisão e o impacto disso na sua vida fora do trabalho, acaba por se apresentar, também, como um dado a ser analisado.

A opção teórico-metodológica de obtenção de dados para essa pesquisa foi a de entrevistas semi-estruturadas. A escolha desta maneira de atuação se impôs pelas características do campo. Essa técnica qualitativa de recolha de dados propõe uma interação mais interpessoal entre o pesquisador e o pesquisado. A obtenção de informações do campo perpassa tanto por um questionário formalmente estruturado quanto por um certo nível de improviso e criatividade do pesquisador. Como uma instituição prisional impõe uma realidade pouco convidativa à pesquisa qualitativa essa dimensão criativa se faz necessária para que o trânsito nesse universo seja efetivamente aproveitado. Foi importante que as entrevistas ocorressem com um certo tom de informalidade.

A pretensão por uma teoria absoluta em momento nenhum permeou este trabalho. Buscamos contrastar um universo que é comum à realidade brasileira, que são as prisões, com uma realidade particular de uma cidade do interior de Minas Gerais. As entrevistas seguiram a regularidade, tempo e a temática que o campo impôs. Alguns assuntos centrais para a hipótese inicial foram trabalhados em todas as entrevistas, mas a relevância dada a estes assuntos pelos próprios entrevistados foi diferente e apontamos essa diferença como novas possibilidades de análise.

A entrevista como método qualitativo, foi proposta como uma alternativa a um “empirismo abstrato”, fruto de um debate sobre a industrialização da sociologia. Nessa perspectiva, o esforço metodológico da sociologia para se instituir como uma ciência de validade equivalente as das ciências biológicas e exatas, acabou por diminuir a importância da própria teoria em relação ao debate metodológico.

A vantagem da utilização das entrevistas é a de que, se for corretamente realizada, ela se torna capaz de compreender em um nível maior de profundidade práticas, crenças, valores e sistemas de classificação de determinado grupo. Ela é um importante recurso para o desvelamento sobre a posição e vivência de cada sujeito pesquisado quando relacionado com um problema que o atinge de alguma forma. A partir da coleta de dados utilizando esse recurso metodológico, é possível, segundo

Duarte (2004, p. 215), “compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo”.

A industrialização da produção de dados e a especialização, cada vez mais característica do momento presente enfraquecem aquilo que Kaufman (2013) chama de invenção teórica. Sob essa perspectiva, o trabalho de campo, deixa de ser um mero instrumento de obtenção de dados, e passa a ser, primordialmente o ponto de problematização das hipóteses iniciais. A riqueza do campo impõe questões que não foram definidas previamente. Abdicar-se delas é diminuir a complexidade das informações obtidas. Opta-se, portanto, em não se abster de partir de uma hipótese, mas também de não negar aquilo que vem em seguida.

Também temos a consciência de que tratar de um tema tão controverso como as prisões mobiliza sentimentos diversos. Por se tratar de um local “contaminado”, por confinar pessoas que empreenderam atitudes moralmente condenáveis e por estar à margem da organização econômica, social e política da dinâmica municipal, estadual e federal, e conseqüentemente só aparecer na opinião pública por tragédias ou crises, pesquisar cadeia é, sobretudo, um desafio. Há, durante todo o percurso da pesquisa desconfiança por parte das instituições envolvidas, em relação aos dados que serão obtidos. Há, também, nossos próprios medos e preconceitos que, uma vez dentro de qualquer unidade penitenciária, afloram. É um contexto pesado emocionalmente para pesquisadores que passam um breve momento de sua trajetória acadêmica ali. Constatar isso me incentivou a ir ainda mais fundo. Se é difícil para aqueles que tem nesse contexto um objeto de estudo, o que dirá sobre o quão pesado é para aqueles que tem nesse contexto sua forma de reprodução da vida material? Quanto mais inacessível é uma realidade mais importante é que cientistas sociais se debrucem sobre ela e busquem compreender suas especificidades e o impacto destas instituições sociais que participam e impactam profundamente algum aspecto de nossa realidade.

## 1.1 O PRESÍDIO NA CIDADE DE CATAGUASES

Uma das perspectivas dessa pesquisa é o local determinado para realização do trabalho. Os estudos mais aprofundados no Brasil, no que diz respeito à qualidade

e quantidade de dados da qual tivemos acesso, que elencavam os Agentes de Segurança Penitenciária como objeto privilegiado de análise (Moraes, 2005; Santos, 2007; Lourenço, 2010; Oliveira, 2017) possuem uma similaridade ligada à dimensão das unidades penitenciárias pesquisadas. Duas foram no estado do Paraná, uma em São Paulo e outra em Minas Gerais. São, em geral, unidades penitenciárias lotadas em regiões metropolitanas. Buscaremos aqui trazer uma perspectiva de um presídio de uma cidade do interior de Minas Gerais, com população estimada em 75.025 mil pessoas.<sup>6</sup>

Cataguases se tornou um município em 7 de setembro de 1877. Localizada na Zona da Mata mineira, a cidade se encontra a 320 km da capital do estado, Belo Horizonte e possui um histórico peculiar para uma cidade do interior mineiro. Pós revolução de 30, com o advento do projeto de modernização no Brasil e a decadência da exploração do café em larga escala no território nacional, nota-se na cidade um crescimento da indústria têxtil, que reverbera em uma efervescência cultural incomum para uma cidade nestes moldes. Foi neste período que as elites locais, ligadas a este setor industrial passaram a financiar um projeto urbanístico de vanguarda do modernismo brasileiro (Xavier, 2014). Essa relação das elites com o modernismo trouxe para a cidade obras de figuras da estirpe de Oscar Niemeyer, Burle Marx, Jan Zach, Candido Portinari, entre outros.

A partir dos anos de 2003, ocorre uma mudança significativa em todo o estado de Minas Gerais no setor de segurança pública. Foi criada a Secretaria de Defesa Social (SEDS) para substituir as antigas Secretarias de Segurança Pública e Direitos Humanos. Esse movimento representou uma centralização administrativa na política prisional mineira. Priorizou-se a construção de novas unidades penitenciárias, reformas das cadeias públicas e a profissionalização da carreira dos guardas, redução progressiva do número de guardas contratados, realização de concursos públicos e investimento na formação e no treinamento da categoria profissional. Neste contexto, foi implementado na administração pública mineira o modelo do “Choque de Gestão”, que modificou a dinâmica de diversas áreas de atuação do governo do Estado, buscando tornar a gestão pública mais eficiente.

---

<sup>6</sup> Dados obtidos através do site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cataguases/panorama>.

Nesse contexto, após intensa mobilização de classe dos guardas atuantes nas unidades penitenciárias do Estado, foi criada, em 2003, a carreira de agente de segurança penitenciária. Segundo Oliveira (2018):

No ano de 2003, portanto, foi criada a carreira de agente de segurança penitenciária com exigência mínima de ensino médio completo para ingresso e, posteriormente, autorizado o uso de arma de fogo fora do serviço. Também foram ampliadas as atribuições a serem cumpridas nas prisões com a aprovação da Lei Nº 14.695. A atividade custodial não ficaria mais restrita a vigilância interna do comportamento dos presos nos pavilhões e celas como acontecia nas décadas anteriores. Passariam a realizar escoltas, ocupar as portarias, muralhas e guaritas, que se encontravam sob a responsabilidade dos policiais militares.

A cadeia municipal da cidade de Cataguases passou também por essas modificações. Era localizada em uma área central da cidade, onde hoje é uma construção tombada pelo Patrimônio Histórico e foi desativada em 1998, quando houve uma aquisição de verbas federais para a construção de um novo prédio que passou a abrigar detentos no ano 2000. Em 2009 a então Secretaria Estadual de Segurança de Minas Gerais assumiu a gestão do prédio, passando a se denominar presídio municipal e não mais cadeia pública, até então, a cadeia era gerida pela Polícia Militar (Nunes, 2017).

Acreditamos que promover um estudo em uma cidade deste porte possa trazer questões relevantes na formulação do resultado da pesquisa. Apoiamos o argumento na ideia de Gonçalves (2005) que nos diz que pesquisas em cidades de portes pequenos não tem sido objeto de estudo sistematizado da academia brasileira. Há um privilégio de pesquisas que focalizem grandes centros metropolitanos. Não tentaremos generalizar aqui para além do objeto proposto, mas foi possível, de fato, observar uma inexistência de pesquisas que localizem a profissão de agente penitenciário em um contexto de uma cidade pequena. Buscaremos compreender, portanto, se há alguma relação com a realidade local de uma cidade de pequeno porte com a vivência laborativa de um agente de segurança penitenciária, uma vez que, como já exposto, é uma profissão carregada de estigmas e preconceitos sociais.

## CAPITULO 2. AS PRISÕES NO BRASIL

No Brasil, os estudos sobre as prisões sob uma perspectiva sociológica têm como contexto inicial mais importante a década de 1970. Esse foi um período de aumento significativo da criminalidade urbana nas grandes cidades e toda uma geração de pesquisadores se preocuparam em compreender as causas e consequências deste fato. Também data aproximadamente dessa época a publicação de “Vigiar e Punir”, trabalho de Michel Foucault que influenciou de forma contundente o olhar sobre a arquitetura e organização das prisões além da agenda de pesquisa direcionadas a este tema nas Ciências Sociais. Neste contexto foram produzidas pesquisas importantes sobre o sistema penitenciário brasileiro à luz das teorias e técnicas de pesquisa da Sociologia. Algumas destas referências são: Braga (1973), Coelho (1987), Ramalho (1979). Lourenço (2016) ao se propor a fundamentar a importância destes trabalhos afirma:

“Os trabalhos mostram a preocupação analítica que faz questão de ter um lastro empírico sólido, com fartura de evidências e de forte inspiração etnográfica. (...) Outro ponto comum foi a preocupação dos autores, ao final das robustas análises empíricas empreendidas, em apontar as mazelas e fazer um diagnóstico das falhas do sistema prisional estabelecendo assim as bases de um diálogo crítico sobre as políticas de punição e, em especial, sobre o encarceramento no Brasil” (op.cit p.177)

Célia Braga, então professora da disciplina de Práticas de Pesquisa em Sociologia na Universidade Federal da Bahia, empreendeu um esforço teórico e metodológico em uma penitenciária na cidade de Salvador, junto com sua turma de estudantes, para realizar um exercício de pesquisa de campo envolvendo diversas técnicas de pesquisa como: entrevistas estruturadas, história de vida, além de observação direta e levantamento de dados secundários. Desse exercício nasceu “Crime e Sociedade” (1973), que significou um marco do estudo em prisões, por utilizar de forma pioneira, métodos e teorias da Sociologia para o Estudo em Prisões.

Edmundo Campos Coelho, em parceria com Antônio Luiz Paixão, desenvolveram outra importante obra do estudo sociológico em prisões no Brasil. “Oficina do Diabo” (1987), é um registro do sistema penal mineiro e carioca durante o

ano de 1983. Os autores buscaram descrever de forma sistemática as condições dos presídios, população carcerária, situação dos funcionários e guardas, e a partir disso desenvolvem o conceito de “economia delincente” - onde, devido à ausência do estado em suprir as necessidades básicas das pessoas privadas de liberdade, desenvolve-se nestes contextos uma economia fundamentada na ilegalidade. Este estudo foi pioneiro na preocupação com a formação de lideranças e sua relação com a administração dos presídios, onde parcerias entre funcionários da administração carcerária e lideranças de facções são estabelecidas para a manutenção da ordem. Suas conclusões corroboram com a de outros pesquisadores do tema. Segundo Coelho a violência é um fator inerente à situação da prisão. “A violência é constitutiva da natureza dos sistemas penitenciários, em qualquer tempo, em qualquer lugar. A alternativa não está entre prisões violentas e prisões não violentas, mas entre ter ou não prisões” (Coelho, 2005, p. 135).

José Ricardo Ramalho em seu livro “Mundo do Crime” (1979) buscou estudar o crime e suas motivações dentro dos contextos prisionais. Através de sua pesquisa chegou a um conceito de “proceder”, importante para compreender as relações estabelecidas dentro do cárcere. Esse conceito diz respeito às regras e condutas que devem ser seguidas dentro e fora da prisão elaborados pelos próprios presos. Isso significa que há instituições penais que os regulamentos que controlam a massa carcerária não são os definidos e orientados pelo Estado, mas sim, suas próprias deliberações dos reclusos.

Estes estudos significaram um avanço importante no estudo das prisões no Brasil sob a lente, método e questões da sociologia. Trouxeram luz à dilemas e especificidades do contexto brasileiro para serem analisados sob a perspectiva de grandes teóricos do assunto e possibilitaram a elaboração de conceitos que abarcasse a complexidade de nossa realidade e passaram a representar referências importantes para o estudo e pesquisa em prisões.

## 2.1 O ESTADO E AS PRISÕES

Ao longo da história do capitalismo e de suas crises, é possível observar que o Estado se coloca como principal mediador de conflitos para a regulação das relações

sociais e econômicas, sendo, de tempos em tempos, chamado a protagonizar o processo de reestruturação produtiva e garantia de direitos sociais.

No início do século XX, nos EUA e na Europa, o Estado se consolida enquanto principal instrumento de garantia da criação da infraestrutura produtiva, políticas monetárias, direitos salariais e trabalhistas que visavam proteger a classe trabalhadora das intempéries das oscilações do mercado. A partir disso, busca-se a criação de uma estrutura denominada “Estado de Bem-estar social”. As prisões, neste contexto, assumem o paradigma da ressocialização. Assim, passa a ser função do Estado também controlar o indivíduo preso e oferecer-lhe instrumentos de capacitação profissional, tratamento psicológico, entre outros, para que, ao término de sua pena, possa voltar e se reintegrar à sociedade mais ampla. É um período marcado pela intensa participação e produção teórica sobre a realidade prisional de profissionais ligados às ciências sociais, psicologia e assistência social.

A partir da década de 70, principalmente nos EUA e Inglaterra, ocorre um movimento que busca uma reestruturação produtiva do capitalismo em escala global sob a ótica do neoliberalismo. Esse modelo é marcado pela desregulação das relações trabalhistas e também pela diminuição da atuação do Estado. No que diz respeito as prisões, esse movimento também possui significativo impacto, uma vez que o paradigma da ressocialização passa a ser substituído pelo da punição. Segundo Wacquant (2001), esse período é marcado por uma política de criminalização da pobreza, uma vez que, com o esfacelamento do Estado de Bem-estar social e a falta de políticas sociais preventivas, a perspectiva punitivista acaba por atingir aqueles que estão à margem do mercado formal da economia. Isso se materializa em um universo carcerário majoritariamente composto por negros e imigrantes, advindos das camadas mais economicamente desfavorecidas da sociedade.

Paralelamente à diminuição da presença do Estado nos setores da economia e dos direitos sociais, ocorre um aumento do seu aparato repressor e nas políticas de “Tolerância Zero”. O discurso sobre a segurança pública e a sensação geral de impunidade, explorado pela mídia e pela política acaba por legitimar a presença ostensiva do aparato de segurança do Estado, como se, nesse sentido, ao menos, sua presença devesse ser protagonista, consolidando aquilo que o autor chamou de “Estado Penal”.

No prefácio a edição brasileira de “As prisões da Miséria” (Wacquant, 2001), o autor expõe reflexões para análise da sociedade brasileira a partir de sua teoria. Segundo Wacquant, há, nos países da América Latina como o Brasil, o Chile, Argentina, Paraguai e o Peru, características que fortalecem essa perspectiva da criminalização da pobreza e o fortalecimento de um Estado penal. Nesses países, o capitalismo se desenvolve sob a sombra das grandes potências mundiais e por isso, a distribuição da riqueza se dá de forma extremamente desigual. Além disso, a história desses países envolve uma série de rupturas democráticas, golpes e ditaduras que impossibilitaram a criação de uma cultura democrática e de instituições fortes o suficiente para “amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século” (op. cit p.7).

Além disso, o autor reforça que, no Brasil, a insegurança criminal, contraditoriamente, é reforçada pelo próprio aparato de manutenção da ordem do Estado. A violência policial é uma realidade no Brasil. Nos últimos dados disponíveis, o número de mortes decorrentes de ações policiais ultrapassa o número de mortes por feminicídio e por latrocínio<sup>7</sup>. Isso se deve, segundo Wacquant, por uma tradição de controle dos miseráveis pela força, oriunda de nosso passado escravocrata, além do reforço recente uso da violência tutelado pela ditadura militar, em vigor durante duas décadas no país, onde o “controle da ordem interna” justificou torturas e perseguições.

Nesse contexto de atuação do aparato estatal para contenção da criminalidade, pautado pela lógica da criminalização da miséria, vemos o reflexo imediato dessa crise dentro dos muros das prisões. O aumento do número de pessoas presas impacta diretamente na incapacidade do Estado de gerir seus problemas. Situações de violência recorrentes, superlotações, estruturas físicas deterioradas e desrespeito com qualquer princípio humanístico fomentam a desordem e consolidam uma realidade de verdadeiro barril de pólvora. Bauman (1999), propõe, na mesma linha de raciocínio, uma relação entre a globalização e as modificações na perspectiva de atuação do Estado no que diz respeito às perspectivas de punição. Segundo este autor, os métodos de encarceramento sempre foram organizados por uma lógica de

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/policia-que-mata-policia-que-morre.ghtml>. Acesso em: 06/08/2019



confinamento espacial para contenção do comportamento dos “grupos problemáticos da população”. O modelo de organização panóptico das prisões tinha uma função correcional. Ele buscava criar, na subjetividade daqueles indivíduos inadaptados, uma docilidade importante para o mundo da sociedade “normal”. Adaptar, portanto, os corpos ao mundo do trabalho e da disciplina. Um disciplinamento levado ao seu limite, segundo o autor. Era preciso que aqueles corpos se adaptassem a rotina e incorporassem determinados valores do modo de produção capitalista. O mundo do trabalho hoje, segundo Bauman, adquiriu novas feições e novas premissas. Busca-se uma flexibilização do trabalho. É necessário criar novas condições opostas ao modelo clássico da industrialização.

“Os trabalhadores devem desaprender a dedicação ao trabalho duramente adquirida e o apego emocional duramente conquistado ao local de trabalho, assim como o envolvimento pessoal no conforto desse ambiente” (Bauman, 1999, p.107)

As prisões dessa sociedade pós-correcional, portanto, assumem uma forma especificamente diferente. Nessa nova prisão não se pretende que nenhum interno aprenda qualquer trabalho ou profissão. Não importa o que esse interno faça dentro das grades. Importa que ele esteja dentro das grades, apenas. A prisão pós-correcional não se projeta enquanto fábrica de disciplina e sim enquanto fábrica de exclusão e de pessoas habituadas à sua condição de excluídas.

Bauman também aponta para o fato de que tem crescido, a nível global, o número de pessoas presas em todos os lugares. Junto com o número de pessoas presas também tem crescido, conseqüentemente, os gastos dos Estados em efetivo policial e de serviços penitenciários. Este contexto, aliado a uma espetacularização da violência, explorada pelos produtores e redatores dos meios de comunicação em massa, cria aquilo que o autor chama de “autopropulsão do medo”. Os governos detêm o papel, nesse contexto, de distritos policiais superdimensionados, onde a função de combate ao crime sobrepõe as outras funções. E o progressivo aumento do número de pessoas presas é reflexo direto dessa categoria de “Estado ordeiro”. Assim como, também, o número de profissionais ligados organicamente às prisões.

Como no caso, dos agentes de segurança penitenciária, objeto privilegiado deste estudo.

## 2.2 A MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

O modelo de segurança pública adotada no Brasil e em boa parte do mundo ocidental nos últimos anos vai de encontro com o que os autores aqui citados no último tópico defendem. Uma segurança pública cada vez mais voltada para o controle, o endurecimento das penas, uma maior instrumentalização das polícias e das secretarias de segurança pública voltadas para uma progressiva militarização. Há, como demonstrado por Nóbrega Junior (2010), uma relação muito forte com as forças armadas na condução das políticas de redução da criminalidade. A possibilidade de influência dos militares no governo mesmo após o fim de 21 anos da ditadura militar, permaneceu ratificada em nossa carta magna de 1988, principalmente através do artigo 142, onde lê-se:

“As forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da Ordem”.

Concordamos com a posição de Nobrega Junior (op,cit) que, ao traçar um panorama do processo de redemocratização do país, aponta para a insistência das forças armadas se colocarem de forma proativas na agenda da segurança pública. Os conceitos de segurança nacional e segurança pública foram colocados no mesmo item, relacionando-as de algum modo. Isso é um problema à medida que o controle civil das forças armadas no Brasil é bastante restrito. As forças armadas estão prontas para interferir em assuntos de segurança interna e essa intervenção pode estar atrelada a atributos ideológicos e, portanto, é um ponto de tensão que dá poderes demasiadamente grandes às essas forças.

Outro ponto a ser considerado nesse debate, foi a atribuição de poderes policiais para as forças armadas em uma lei sancionada em 2010. Segundo esta lei,

as forças armadas podem realizar atividades de revista de pessoas, veículos, embarcações. (Souza, 2012). Também tivemos, durante o ano de 2018, a mobilização das forças armadas em uma intervenção na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de amenizar a situação de insegurança fazendo assim com que a Polícia Militar daquele Estado respondesse diretamente ao comandante interventor e portanto, submetendo a autonomia da segurança pública do Estado às deliberações do Exército Brasileiro. Esses fatos tem sido considerados por especialistas como uma *policialização das forças armadas*.<sup>8</sup>

Segundo Radley Balko (2013), há duas formas de militarização da polícia. Uma é a direta, que se exemplifica pela policialização das forças armadas, fato citado no último parágrafo, onde as forças armadas são diretamente usadas para funções policiais. As Polícias Militares brasileiras, apesar de possuírem uma jurisdição estatal, são subordinadas em última instância às forças armadas. O seu modelo de organização é extremamente ligado à lógica da segurança nacional e isso se reflete, obviamente na conduta das polícias. A questão que se impõe é que essa lógica militarista mobiliza grande parte das atividades voltadas para a segurança pública, seja em um nível institucionalizado nas secretarias de segurança, seja na opinião pública. A segurança, em uma perspectiva militarizada, é um problema de Estado e de defesa da soberania. É, também, tratada a partir de uma “dimensão meramente policial, de combate aos criminosos de rua, e não um problema que necessita de estratégias amplas e versáteis de políticas públicas (Souza, 2012, p.22). O impacto principal dessa situação é o de que possuímos polícias militares treinadas para a guerra e para a batalha, na busca de um inimigo para eliminar.

Outra forma de militarização das polícias é a militarização indireta, que se caracteriza pela utilização pelas forças policiais de características militares como o armamento, táticas, vestuário e outros para o cumprimento de suas atribuições. Como exemplo de militarização indireta, podemos citar o caso das Guardas Municipais. Elas não possuem em sua criação uma organização e função militarizada, ao contrário, possuem em sua gênese, um caráter essencialmente civil. No entanto,

---

<sup>8</sup> ZAVERUCHA, J. FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999-2002. Rio de Janeiro: Record, 2005.

progressivamente ao longo dos últimos anos, os municípios vêm investindo um volume extenso de recursos financeiros na propagação de uma estética militarizada buscando explorar uma tentativa de intimidação. Segundo Goulart (2018) o desejo das guardas municipais é se tornarem forças paramilitares.

No que diz respeito à questão penitenciária, conseguimos observar que o trabalho do agente de segurança penitenciária também segue essa tendência e vem cada vez mais sendo influenciado pela lógica militarista. A modernização das prisões, a criação de grupamentos táticos especiais para intervenção em cenários de crise, o aumento do efetivo de agentes penitenciários, assim como a busca do abandono do estigma ligado a figura do “carcereiro” tem contribuído para a criação de uma cultura dentro das unidades prisionais que prioriza a lógica militarista. Oliveira (2018) em um estudo realizado em unidades prisionais da capital mineira aponta para o conflito existente nos agentes de segurança penitenciária em relação a sua função. Segundo este autor, há um processo de disputa entre o pessoal dos grupamentos táticos, considerados a “tropa de elite” dos agentes penitenciários e os agentes de “linha de frente”. Os agentes de grupamentos táticos têm se reconhecido cada vez mais como policiais e os “linhas de frente” permanecem acreditando que a melhor forma de condução de uma unidade penitenciário é através do diálogo possível existente entre a administração prisional e os presos. De um lado os guardiões, do outro os policiais. O diálogo por um lado, a força por outra.

“No decorrer dos anos ocorreu um deslocamento do lócus de autoridade dos agentes na linha de frente para esses grupamentos e, tal mudança, impactou seriamente no modo como a ordem é construída nos ambientes prisionais contemporâneos. Ou seja, cada vez menos inclinada a negociações (cooperação mútua, acordos tácitos ou acomodações) entre os agentes e os presos no curso de suas interações sociais cotidianas.” (op cit. P. 167)

As pesquisas mais recentes que envolvem o universo prisional têm apontado para essa mesma direção. As modificações na carreira dos agentes têm influenciado consideravelmente na dinâmica organizacional das unidades e a própria gestão penitenciária tem cada vez mais tomado ares de racionalização dos procedimentos adotados na unidade. Explicitaremos a frente um apanhado sobre as pesquisas que focalizam a figura do agente de segurança penitenciária e buscaremos lapidar o

argumento da militarização dos agentes de segurança penitenciária e as consequências disso nas dinâmicas de funcionamento da unidade prisional.

Em pesquisa recente ao instituto de pesquisa Datafolha<sup>9</sup>, 45% dos brasileiros confiam muito nas Forças Armadas e isso faz com que seja a instituição mais confiável pelos brasileiros. Nos últimos anos, tem sido mobilizado constantemente no debate público a figura “moralizadora” das instituições militarizadas, como se as Forças armadas representassem um bastião da moral e das boas práticas e por isso, deveriam ser conduzidas, cada vez mais, a centralidade do processo decisório e de gestão da coisa pública. É um processo ainda difícil de avaliar, mas que certamente engloba uma noção importante de valorização das forças militares e consequentemente dos próprios militares para si próprios e para a instituição da qual fazem parte.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>. Acesso em: 06/08/2019

### CAPÍTULO 3. OS AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA NA LITERATURA

Buscaremos, neste tópico, promover uma revisão da literatura acadêmica sobre o que se sabe sobre os agentes de segurança penitenciária. Como dito anteriormente, esses profissionais não se consolidaram como um objeto de estudo das Ciências Sociais, principalmente no Brasil, mas sobretudo nos últimos dez anos, é possível encontrar alguma tentativa em tentar tratar destes profissionais de uma forma mais criteriosa visando conhecer melhor a situação do trabalho no cárcere e das consequências deste na vida privada dessas pessoas.

Bandeira e Batista (2009), ao buscarem tratar da trajetória profissional de agentes penitenciários no Distrito Federal e em Goiás, apontam para a representação social normalmente imposta a figura do agente penitenciário. Por estar em constante contato com pessoas desviantes e por “manusearem” pessoas socialmente vistas como desclassificadas, estão em constante possibilidade de “contaminação” daqueles comportamentos malvistas para a sociedade. (Bandeira e Batista, p.255). Essa situação diária, cria – se um estigma de “grupo de risco”. Ao estudarem a Penitenciária Odenir Guimarães, uma instituição de regime fechado, apontam para as impressões dos agentes no primeiro dia de trabalho, ligadas, principalmente, as condições precárias da estrutura física do complexo prisional. Segundo os agentes entrevistados, com aquelas circunstâncias “tudo pode vir a acontecer”

“Eles afirmaram inúmeras vezes acreditar que basta “os presos quererem pra cadeia virar”. Sentem-se fragilizados diante da deficiência da estrutura física do presídio e expostos porque esse fator reforça no imaginário o poder do preso em detrimento do poder da/o Agente. Essa representação pode resultar em uma assimetria de poder real entre interno e Agente a partir do momento que ambos orientam sua conduta por essa percepção. Há um clima de insegurança e tensão que a qualquer momento ameaça à estabilidade na POG”. (Bandeira e Batista, 2009, p.260)

Outra dimensão curiosa deste trabalho foi a constatação da necessidade de ser obrigatória, nos estados em que as autoras fizeram suas pesquisas, o curso superior para a carreira de agente penitenciário. Segundo os relatos, essa dimensão apresenta um descontentamento e frustração pessoal por, apesar do esforço em possuir um curso superior, sua função laborativa se consiste em “abrir cadeado, fechar cadeado e fazer escolta para interno” (op.cit p.263). Ao buscarem compreender mais a fundo

essa dimensão da frustração pessoal, foi explicitado por parte dos agentes pesquisados por elas que uma quantidade significativa de agentes está no trabalho de forma temporária, mesmo que se consista de um concurso público. Acaba sendo uma medida encontrada para garantir uma estabilidade financeira temporária para organizar o tempo e estudar para concursos melhores e menos insalubres.

As discussões de Foucault (1975) sobre o poder, utilizando aqui, especificamente a sua reflexão sobre o Panóptico de Bentham e sua lógica estrutural de construção arquitetônica, onde existe um esforço de criar a sensação no detento de que ele está sendo vigiado permanentemente, também corrobora com as pesquisas de Bandeira e Batista (2009), e Lourenço (2010) ao desenvolver essa lógica sob uma perspectiva oposta. Segundo os relatos das agentes das unidades penitenciárias pesquisadas por estes autores, existe a sensação de que estão permanentemente sendo vigiados pelos internos e que qualquer situação de descuido pode se tornar um risco significativo a sua vida ou a ordenação dentro da penitenciária. A função exercida pelo agente não exige qualquer tipo de reflexão elaborada durante o dia a dia. O trabalho é mecânico e rotineiro e, segundo os agentes entrevistados pela pesquisadora, os internos estão cotidianamente observando só a espera de um descuido.

Lourenço (2010), buscou tecer considerações sobre o impacto do encarceramento em agentes penitenciários na região metropolitana de Belo Horizonte. Através do contato direto com agentes penitenciários em um curso de sociologia das organizações, despertou interesse nas intervenções destes agentes, onde os mesmos traziam para a aula questões referentes a sua prática profissional. Esta situação despertou a curiosidade do pesquisador e ele sistematizou uma série de dados de natureza quantitativa e qualitativa na situação desses agentes em Minas Gerais. Os questionários foram respondidos pelos agentes fora do seu contexto de trabalho e isso propiciou uma interação mais livres dos pesquisados com as questões ali levantadas.

Em sua pesquisa, este autor concluiu que os agentes de segurança penitenciária sofrem as “dores do aprisionamento” (op.cit p.29). Similar aos detentos, ao adentrarem ao contexto prisional, sofrem uma série de restrições ligadas à sua rotina e modo de viver para além da sua situação ocupacional. Porém, mesmo em sua

atividade laborativa, por não se sentirem contemplados por direitos e possibilitados de cumprir sua função de forma efetiva, lançam mão de “jeitinhos”, que muitas vezes vão de encontro com a legislação oficial para a manutenção da ordem dentro do cárcere. Segundo este autor, as influências da vida intramuros não se esgotam quando termina o turno do trabalho. Elas se perpetuam essa lógica das estratégias que precisam utilizar para a manutenção da ordem na prisão em suas vidas privadas.

Uma questão que aparece recorrentemente nas pesquisas que possuem os agentes penitenciário como objeto privilegiado é a ruptura com estilos de vida e a modificação das relações sociais estabelecidas antes do trabalho no cárcere.

“Um número não desprezível de Agentes experimenta mudanças nas suas vidas familiares depois que ingressam na profissão. A rotina de trabalho considerada estressante influencia o comportamento das/os Agentes. Há relatos de Agentes que afirmam terem se tornado mais “brutos” ou “violentos” com a família, chegando por conta desses comportamentos à separação. Outros manifestam traços de paranoia, isto é, sentem-se constantemente ameaçados ou perseguidos, e por essa razão mudam as rotinas quotidianas, os lugares que frequentam os amigos que cultuam. Sentimentos de ansiedade, insônia e depressão também foram apontados como características emocionais destas/es trabalhadoras/es”. (Bandeira e Batista, 2009, p.273)

Essa dimensão também é corroborada por Lourenço (2010). No estudo já citado, o pesquisador apontou para o fato de que existe uma restrição muito grande em relação a utilização do tempo livre dos agentes para fins de lazer. O cansaço decorrente do trabalho estressante e a sensação de insegurança permanente faz com que estes profissionais busquem se relacionar apenas em ambientes mais íntimos, como o da família e de amigos. As possibilidades de atividades para o lazer não estão relacionadas com ambientes públicos onde muitas pessoas frequentam. Geralmente estão associados a atividades mais discretas que evitassem qualquer exposição significativa.

Em uma tese, onde discutia o espaço de vida dos agentes de segurança penitenciária, Lourenço (2011) buscou construir o que ele chamou de “história monográfica dos Agentes de Segurança Penitenciária” (op. cit p.30). O contato com essa tese também propiciou um acúmulo teórico substancial no que diz respeito às pesquisas mais recentes que direcionam suas atenções para o objeto que aqui propomos estudar. Ainda assim, a avaliação do autor é que este ainda é um objeto



repleto de questões a serem respondidas. Em sua tese, este autor nos apresenta uma perspectiva de considerável relevância para a nossa proposta de pesquisa. Lourenço (2011) nos mostra que existe, no contexto prisional, uma perspectiva de “solidariedade”, que é vital para o funcionamento da instituição. Essa perspectiva diz respeito a um certo nível de relação entre funcionários e presos que extrapola a relação de dominação inerente a essa circunstância. Criam-se mecanismos de sociabilidades no interior deste espaço que promovem um intercurso de compreensão, mesmo que limitado e enviesado, entre a situação do preso e a situação do agente. O autor nos demonstra uma situação, que apesar de longa, serve bem para explicitar o que pretendemos dizer:

“Foi um preso, justamente, quem mostrou conhecimento dessa condição de insalubridade do trabalho dos ASPs (Agentes de Segurança Penitenciária). Enquanto realizávamos a coleta de dados na segunda penitenciária, presenciamos uma cena no mínimo curiosa: os funcionários encontravam-se na galeria, próximos a sala do chefe de plantão e conversavam animadamente; estávamos perto do final do expediente, quando os ASPs já se preparavam para trancar os presos, em suas celas, quando um desses presos, aparentando insatisfação, alegou ter assistido, na noite anterior, a uma reportagem na TV em que eram elencadas as profissões mais perigosas. Para a suspeita e espanto desse preso, a função do Agente de Segurança Penitenciária não havia sido citada, entre essas profissões. Esse preso manifestava uma atitude de solidariedade com os ASPs, no sentido de que compreendia perfeitamente, dizia ele “o grau de risco a que estavam expostos os funcionários da prisão, aguentando presos como ele e os outros” (Lourenço, 2011, p.182)

Este relato é seguido de outros tantos, onde agentes se compadecem de situações de exposição de risco dos detentos, ou se solidarizam com alguma situação em específico, buscando tentar auxiliar com alguma dificuldade. Essas situações exemplificam aquilo que Moraes (2005) entre outras pesquisas (Santos, 2007; Lourenço 2011), mostra como um ponto curioso dessas relações estabelecidas dentro do cárcere. Existe um certo grau de identificação do agente com o preso que não deve ser desconsiderado. Os agentes, em geral, possuem as mesmas origens sociais dos presos. Passaram por situações de vulnerabilidade parecidas. Nas palavras do autor, “as fronteiras entre presos e agentes penitenciários são frágeis e movediças, seja porque simplesmente são parte dos processos de interação presentes em toda e qualquer instituição ou espaço social” (Moraes, 2005 p.96.)

O agente busca, a todo momento, se desvencilhar dessa situação de similaridade, e pode incorrer, muitas vezes, através da violência, a essa necessidade de “quebrar o espelho”, pautando uma diferenciação moral que mobiliza termos como “trabalhador” ou “vagabundo”. Buscamos através desses relatos enfatizar o fato de que as fronteiras entre o moral, o imoral, o legal, o ilegal, assim como os papéis sociais desempenhados antes, durante ou depois do cárcere, são muitos limítrofes e líquidos.

Ramalho (1979), ao discorrer sobre o “proceder” necessário para a socialização dentro dos contextos penitenciários, fez algumas pontuações importantes se fazem necessárias no que diz respeito das relações estabelecidas dentro do universo penitenciário. Segundo este autor, as leis da “*massa do crime*” – categoria que é definida por aqueles presos que de fato eram *criminosos*, ou seja, dentro do contexto penitenciário, apesar de todos estarem em conflito com a lei, do ponto de visto dos presos, nem todos pertencem a “*massa*”. Aqueles cuja entrada na cadeia estava ligada às condições do “acaso”, ou como “acidente”, e que não tinham uma biografia ligada a delinquência não fazem parte do grupo definido por eles. Essa diferenciação categórica se dá por um processo de crivo em relação ao conhecimento do mundo do crime que a pessoa detém. Aquelas pessoas cujas biografias se confundem com atividades ligadas ao crime em geral já conheciam o “proceder” dentro da instituição.

Essas “*leis da massa*”, segundo o trabalho deste autor, disputam muitas vezes com as leis oficiais, e a conduta do preso em relação a qual priorizar define sua relação com “*massa*”. Esse conjunto de regras e orientações de conduta diz respeito aspectos práticos como o respeito ao sono do outro nos horários de descanso, regras de troca e circulação de objetos entre os presos, solidariedade na cela, entre outras coisas. São, no limite, regras de comportamento e de sobrevivência no contexto penitenciário. Quem não aprende essas regras e não age de acordo com o “*proceder da massa*”, corre riscos durante todo o tempo. Uma figura emblemática dessa situação é o “*juiz de xadrez*”:

“O termo juiz de xadrez designava uma posição ocupada por um preso, escolhido entre os presos de um mesmo xadrez para desempenhar determinadas funções. O juiz de xadrez ao mesmo tempo em que era visto como um preso com capacidade para “ensinar” aos companheiros como se comportar frente às regras do sistema carcerário exercia também a

função de elemento doutrinador do outro conjunto de regras que existia na cadeia – as leis da massa. Tornava-se um dos principais componentes da massa na cadeia, em função de ser o depositário das regras do “proceder”. Mas o juiz de xadrez não tinha poder para punir os infratores; também não tinha esse poder com relação às regras do sistema carcerário, já que as infrações (“as contravenções”) eram detectadas e punidas 60 pelos funcionários da administração da cadeia sem sua intervenção. A hipótese de um juiz de xadrez informar a administração sobre infrações cometidas pelos companheiros não era sequer admitida pelos presos. ” RAMALHO (op.cit, p.59,60):

Todo esse aprendizado no cárcere, necessário para a sobrevivência da pessoa privada de liberdade nesses espaços está, por vezes, em conflito com as regras oficiais da prisão. A partir disso, para sobreviver dentro da cela, a partir das regras internas, o preso precisa constantemente infringir regras oficiais da administração penitenciária e acaba por desempenhar atitudes consideradas de “mau comportamento”. Essa dinâmica também atinge os agentes. Existe toda uma série de comportamentos, regalias, acordos por parte dos agentes com a comunidade carcerária que pode infringir as regras estabelecidas pela legislação prisional, mas que é feita por, a partir delas, ser possível controlar a eminência de uma situação de perda de controle e da quebra da ordem na unidade.

O estudo de Thompsom (2002) sobre a questão penitenciária, aborda com mais cuidado a situação dos agentes. Segundo este autor, o fenômeno da prisionização (Clemmer, 1958) não se restringe aos presos. Esse efeito é também influente na vida dos agentes penitenciários. Segundo este autor, devido a dinâmica da própria organização carcerária, os guardas precisam a todo momento fazer escolhas que confrontam a dimensão moral, legal e prática da prisão. Isso quer dizer que, se o guarda toma atitudes mais rígidas em relação ao cumprimento das regras instituídas legalmente na prisão ele é visto como mau e como perseguidor pela massa carcerária. Essa massa carcerária, composta por presos irá se empenhar em desafiá-lo no que diz respeito ao cumprimento de suas tarefas cotidianas. Existir uma disputa entre agente e presos não é interessante para administração carcerária, que busca, no mínimo, a manutenção da ordem interna. Por outro lado, se o agente não é tão rígido no cumprimento das ordens e leis estabelecidas, cria-se uma situação de reconhecimento mútuo entre agente e preso, uma vez que o agente é o operador da lei naquele espaço, e se o mesmo não a respeita, não existe qualquer incentivo para

os detentos também respeitá-la. Essa dinâmica gera, segundo um autor, uma realidade de dependência da cooperação dos internos para que o agente não se torne vítima de sanções – formais ou informais. (Thompson p.50).

O que este contexto nos apresenta é que o que de fato rege uma unidade penitenciária não são as leis ou estatutos estabelecidos pela organização formal estatal; é sim a dinâmica interna de relações naquele contexto. É uma realidade de constante negociação por parte da equipe dirigente e os presos. No meio do caminho está o agente de segurança penitenciária. Este pode sofrer sanções dos dois lados e ele está em um lugar desprivilegiado que lhe apresenta riscos a todo o momento. Quando um agente, por algum motivo, não cumpre seu papel de forma satisfatória perante a equipe dirigente, pode perder seu emprego. Para além da problemática inerente a esse processo, de reprodução da vida material, também é preciso considerar o impacto social de um profissional dessa categoria ser considerado inapto para o cumprimento de sua função. Todo o estigma ligado a aquelas pessoas que tem um contato direto com o ambiente prisional também impacta aqueles que, por algum motivo, não lograram sucesso nessa empreitada profissional. Penso em qual empregador ofereceria trabalho a um agente penitenciário que foi demitido. Não podemos esquecer que, muitas vezes, as condições materiais de uma família dependem desse emprego.

Oliveira et al (2015), através de uma pesquisa de natureza quantitativa, buscaram identificar quem são os agentes penitenciários de Minas Gerais e quais as percepções de sua atividade. Estes autores buscaram traçar um histórico do desenvolvimento da política penitenciária no estado de Minas Gerais. Segundo seu levantamento, até a década de 1980, as penitenciárias do Estado tinham como características uma estabilidade prisional, porém, só eram encaminhados para estas unidades, presos com um perfil rural, mais velhos, considerados menos perigosos (Paixão, 1991, p.60). Os outros presos estavam sobre custódia da Polícia Civil, em unidades municipais. Estas, por outro lado, viam os problemas ligados a violência e superpopulação crescerem cada vez mais. Toda essa realidade acaba por se radicalizar, ainda na década de 80 para frente, com eclosão e motins e ondas de violência cada vez mais acentuadas. Por causa disso, buscou-se uma maior institucionalização do sistema penitenciário, culminando em 2003, com a criação da

Secretaria de Estado e Defesa Social, e da Subsecretaria de Administração Penitenciária, para sanar as dificuldades de origem estrutural dos problemas oriundos da realidade carcerária. (Oliveira et al, 2015, p.179).

A partir da aplicação de um survey em 1.530 agentes de segurança penitenciária, lotados em 151 unidades prisionais do Estado de Minas Gerais, buscaram construir um panorama ligado a categoria profissional. Estes dados foram traçados, entre outras coisas, o perfil do agente penitenciário no Estado. Segundo este perfil, os agentes penitenciários de Minas são, em média do “sexo masculino, pardos, casados, com filhos, praticantes de alguma religião, com ensino médio completo ou superior incompleto e com idade entre 30 e 39 anos”. (op.cit. p.180). Segundo os autores, apesar dos avanços ligados a institucionalização da profissão, existe uma insatisfação no que diz respeito a formação para prática profissional, além de uma percepção de que é uma profissão de alto risco. Foi explicitado por esta pesquisa também, que muitos já sofreram ou sofrem discriminação no trabalho e não recomendariam a profissão a seus filhos.

Martins (2015), compreende que é possível fazer uma leitura da categoria de agente penitenciário a partir da teoria da burocracia de nível de rua, apresentada por Michael Lipsky em 1980, ao se atentar, no exercício da prática profissional, elementos ligados a prática da discricionariedade e controle. Segundo esta teoria, os burocratas do nível de rua, seriam aqueles um último elo de ligação entre o Estado e a população. Apresentam os agentes de políticas públicas que estão em estreito contato com a população que faz uso das mesmas. A autora enquadra os agentes nessa categoria por estes estarem em contato com os presos diretamente, durante uma significativa parte do tempo do trabalho, assim como da família dos presos, em caso de visitas. Por estarem “na ponta” da política pública que representam, os agentes influenciam diretamente na forma, na quantidade e na qualidade que os benefícios e sanções oferecidos por suas organizações (LIPSKY, 2010, p.13). Essa característica, ligada a discricionariedade, reforça uma situação onde se torna difícil regular a prática profissional apenas por orientações formais. A complexidade desse tipo de serviço, dá uma relativa autonomia na prática do agente.

Outra dimensão da proposta de Martins (2015) é a categorização dos presos enquanto “clientes”, sendo esses involuntários e pautados pela coercitividade natural

da relação estabelecida pela prisão. O burocrata de rua, no caso proposto pela autora, os agentes penitenciários, possuem quatro maneiras de controlar a provisão de serviços aos clientes:

“a) Distribuem benefícios ou sansões, impactando diretamente a vida dos cidadãos e sua satisfação com os serviços. b) determinam as circunstâncias, frequência e com quais recursos se dará a interação com os cidadãos, de modo a proporcionar um contexto mais favorável para controlar seus comportamentos; c) determinam como os clientes devem se comportar, ao estabelecer normas e possíveis penalidades; e d) proporcionam benefícios psicológicos e sansões decorrentes da sua interação com o cliente. (Martins, 2015, p.3)

A autora percebeu também, ao analisar pesquisas com agentes penitenciários que a atuação desses agentes possui fortes elementos de discricionariedade, que são influenciados por trajetórias pessoais e profissionais, relação com os presos e com a instituição. A atuação do Primeiro Comando da Capital, organização criminosa reconhecida por sua forte presença nos presídios brasileiros, principalmente no estado de São Paulo, se apresenta como um indicio de que novas relações estão sendo estabelecidas no cárcere. A prática profissional de agentes penitenciários, segundo a autora, é bastante impactada em presídios dominados por esta facção e isso seria um fator que deveria ser explorado com mais cuidado nas pesquisas a serem feitas nestes contextos.

É possível observar, a partir do levantamento que tivemos acesso que existe uma quantidade de pesquisas muito inferior ao desejado, mas esse número tem aumentado. Aparentemente, os agentes de segurança penitenciária têm aparecido de forma mais recorrente nas reflexões, principalmente nas ciências sociais.

Moraes (2005) abordou em sua tese de doutoramento diversos aspectos da vida de um agente penitenciário. Muitos dos apontamentos e conclusões elaborados pelo autor se fundamentaram como norte teórico e metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa. Ele observou a existência de uma espécie de “*ritual de iniciação*” marcado por um movimento de passagem na vida de um agente. O marco desse “*ritual*” seria o primeiro dia de trabalho. Esse momento é assinalado por um tipo de impacto que demonstra como será sua rotina de trabalho dali para frente e valida o preparo dos novatos para o exercício da função. Esse marco delimita a ruptura entre a vida de um cidadão comum e a de agente penitenciário.

No que diz respeito à formação desses profissionais, objeto de muita solicitação por parte dos agentes, elencado como um dos fatores essenciais para a adaptação ao novo contexto, é muitas vezes compreendida de forma equivocada pela administração carcerária. Segundo o autor, o oferecimento de cursos de capacitação se conforma em uma estrutura fundamentalmente teórica e formal. Isso criaria um abismo entre aquilo que é aprendido nesses cursos com a realidade do trabalho nas instituições penitenciárias. E por sua vez seria um fator que dificulta o aprendizado e a preparação para a prática diária. A relação ambígua com a função ressocializadora da prisão também aparece de forma recorrente nos discursos dos agentes. A mobilização do discurso da ressocialização enquanto uma característica inerente a sua prática profissional elabora uma necessidade de valorização da própria profissão. Só a partir dessa perspectiva seu trabalho passa a ter uma função social digna, além de também, a ótica da “salvação é, em certo sentido a salvação dele mesmo, se considerarmos todo o processo de identificação com o preso a partir de suas origens sociais e comuns.”. (op.cit p.241)

Existe também, dentro do ambiente carcerário, uma relação tensa entre os agentes de segurança penitenciária e outras profissões que também prestam serviço aos presídios. A situação de vulnerabilidade do preso, faz com que exista em grande parte das unidades penitenciárias um núcleo voltado para a perspectiva de ressocialização formado por assistentes sociais. A atuação desses profissionais, muitas vezes vai de encontro e interfere diretamente na dinâmica da atividade do agente de segurança penitenciária. Quando há essa interferência, a autoridade dentro da prisão fica enfraquecida. Porém, desse contato decorrem também pontos positivos em relação a prática do agente. A atuação desses profissionais permite aos agentes acessarem informações privilegiadas sobre a situação da prisão e as tensões ali existentes.

Outra dimensão explorada por Moraes, é o exercício da violência dentro das cadeias. A violência é, segundo os agentes entrevistados pelo autor, um dos poucos recursos disponíveis para manter a ordem naquele contexto. Submeter os detentos a violências físicas é um importante demarcador de autoridade, mas aparentemente não é um recurso sustentável ao longo do tempo. Para explicar essa relação complexa, o autor elabora uma tipologia composta por quatro tipos de agentes penitenciários; o

*bundão* – aquele que não promove um enfrentamento direto com os presos. Que é acomodado com aquela situação toda. O *sangue* – que não se preocupa com o preso e incorre em excessos violentos. Prefere a máxima “quanto menos trabalho tiver melhor”. O *equilibrado* – É aquele que só se vale da violência quando realmente é necessário. Busca ser justo com a população carcerária. Se incomoda com situações de descaso e busca sempre ajudar com o que for possível. E o *caceteiro* – um tipo que desconta todos os problemas pessoais na massa carcerária, com requintes de sadismo, são vistos como um problema para todos os membros do universo carcerário, por representarem uma situação de descontrole e oferecem perigo a todos os presentes. O autor afirma que só é possível traçar essa tipologia por considerar os tipos de violência e de construção de identidade, fundamentais para a compreensão do sistema penitenciário, não como algo abstrato, mas como uma complexidade de práticas que ganham sentido para os atores daquele espaço. (op. cit p. 263). Esta tipologia está considerada aqui à título de possível contraste com a realidade que pretendemos estudar. É provável que essas categorias sejam mutáveis.

Moraes conclui sua tese buscando refletir sobre a natureza do trabalho apresentado e justificando sua escolha de tema não como uma tentativa de suavizar a imagem diabólica imposta aos agentes penitenciários, necessariamente. Sua demonização por si só parece equivocada por diversos aspectos, mas é reconhecido que os agentes também fazem parte das tramas e desvios de conduta que conferem a prisão um status de ambiente problemático. No entanto:

“(…) atentar para a percepção dos agentes penitenciários pode permitir a identificação de problemas que normalmente sequer são tocados nas eternas reformas de que são as prisões, inclusive porque este grupo profissional, sendo acusado pelo fracasso do encarceramento na regeneração dos indivíduos, torna-se aliado dos processos de mudança. A postura com frequência desiludida e cética dos agentes penitenciários, que, por vezes levam ao limite a máxima de que “o homem é o lobo do homem”, talvez nos permita uma vez que explicita o inter(-)dito e o mal(-)dito do cárcere, compreender de forma menos parcial e talvez menos hipócrita o papel da prisão nas sociedades modernas. (Moraes, 2005, p.267-268)

Assim, o autor nos apresenta uma caracterização cuidadosa deste objeto de estudo, com um trabalho fundamentado em uma bibliografia sólida e respaldado por um forte traço empírico, nos permite refletir sobre alguns questionamentos



direcionados, principalmente, a possibilidade de generalização desses argumentos e tipologias em um ambiente, que apesar de carregar as similaridades inerentes a toda instituição prisional, possui também diferenças que podem ou não, impactar nos resultados da análise. Me refiro, principalmente, a dinâmica estadual de contratação dos profissionais, visto que a as regulamentações da prática profissional está em um nível do ente federativo, possuindo, portanto, diferenças de estado para estado.

### 3.1 O MUNDO DOS AGENTES

O livro “Carcereiros” do médico e escritor Drauzio Varella, foi lançado em 2012 pela editora Companhia das Letras. O livro faz parte de uma trilogia lançada pelo autor composta pelo best seller “Estação Carandiru” (1999), “Carcereiros” (2012) e “Prisioneiras” (2017). Os livros são fruto de 20 anos de trabalhos voluntários do autor nos presídios de São Paulo como médico.

Neste trabalho, Drauzio nos apresenta crônicas de sua vivência nos interiores dos presídios em que exerceu seu trabalho voluntário. O livro, apesar de não possuir nenhuma preocupação acadêmica de exploração do universo prisional nos apresenta um panorama pertinente sobre a dinâmica interna de um presídio de segurança máxima naquele contexto brasileiro, assim como a relação das pessoas que tem no cárcere sua profissão. As narrativas se fundamentam em muitos anos de contato pessoal com os agentes penitenciários dentro e fora dos muros da prisão. Na obra, existe uma preocupação jornalística em denunciar a desumanidade do sistema penitenciário pela ótica dos carcereiros, sendo estes, a ponta final do descaso do poder público com este tema. Os personagens e as situações retratadas no livro são reais e apontam para uma série de questionamentos em relação à realidade prisional brasileira.

A pergunta central que permeia a intencionalidade da obra seria a de “Qual a real função do sistema prisional?”. A resposta, longe da obviedade, é construída através dos capítulos de forma sutil. Um sistema superlotado, caótico e abandonado pelas autoridades não pode assumir a função de ressocialização. Um lugar malcheiroso, úmido e sem iluminação não pode ser uma morada desejada por ninguém. Os riscos inerentes à estas condições, seja no que diz respeito à

transmissão de doenças ou mesmo ao perigo da violência, intrínseco a este universo, não é uma vida da qual qualquer pessoa deveria querer. Por isso, a partir do momento em que o condenado pisa na prisão, todo seu esforço intelectual e físico é para sair dali o mais rápido possível. Os agentes penitenciários retratados no livro, por outro lado, assumem proativamente sua obrigação laborativa. Entendem os riscos, convivem com as mazelas daquele universo diariamente, mas precisam fazer seu serviço.

Drauzio adentra em debates pertinentes e atuais sobre a realidade prisional. Um dos marcos de sua história e segundo o autor, da dominação das facções criminosas nos presídios, foi o massacre da Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. Antes do massacre a dinâmica dentro das penitenciárias envolvia um nível maior de negociação e o contato dos carcereiros e diretores de presídio com os presos podia ser feito a partir de um sutil jogo de influência que tinha como premissa fundamental segurar a cadeia. Uma cadeia virada, expressão que significa a ocorrência de uma rebelião de grande proporção na unidade penitenciária, oferece risco a todos envolvidos: presos, agentes, possíveis reféns, funcionários, etc. Segundo o autor, a raiz da formação de uma das maiores facções criminosas atuantes hoje em todo território brasileiro, o Primeiro Comando da Capital – PCC, foi no massacre. Pós Carandiru as regras do jogo mudaram:

“Cientes de que o Estado saíra enfraquecido do episódio e de que não haveria condições políticas para nova repressão armada, os detentos mais experientes formaram coalizões para assumir o poder, esse espaço abstrato que os homens jamais deixam desocupado”. (Varella, p.196)

Drauzio também nos apresenta um panorama engajado da preocupação com a saúde física e mental desses profissionais que buscando não “contaminar” o ambiente familiar não conversam sobre os problemas que passam. Reprimem sentimentos e são consumidos por uma inadequação social. Uma solidão decorrente de sua rotina diária. O texto se marca como um relato importante de visibilidade para a classe. Uma busca por humanizar o agente penitenciário. Visibilizar seus dilemas e lançar luz sobre a importância de seu trabalho na dinâmica penitenciária.

O livro serviu de inspiração para a criação da série homônima exibida pela Rede Globo em 2018, sob a direção de José Eduardo Belmonte e roteirização de Maçal

Aquino, Fernando Bonassi e Denilson Ramalho. A série é protagonizada por Rodrigo Lombardi no papel de Adriano, um agente de segurança penitenciária e apresenta um panorama da organização de um presídio brasileiro com suas dificuldades já conhecidas. Além disso, explora situações de violência e corrupção por parte dos agentes penitenciários.

Em nota de rodapé de sua pesquisa de doutoramento Oliveira (2018), ao pesquisar os agentes penitenciários durante o período de exibição da série afirmou que a repercussão em relação à nomenclatura “carcereiros” da série e ao livro foram considerados depreciativas por parte de seus entrevistados. Nas entrevistas que desenvolvemos, apenas um agente entrevistado citou o livro e a série e, apesar de considerar o termo também depreciativo, afirmou ser importante esse tipo de exposição afim de dar visibilidade aos problemas estruturais da prisão, muito negligenciados pela opinião pública, em sua opinião.

A figura do “carcereiro”, considerada historicamente como um indivíduo violento, corrupto e suscetível a desvios morais para ainda sobre a carreira de Agente de segurança Penitenciária e é nesse ponto onde se ratifica o estigma. Nas palavras de um agente entrevistado:

“A gente é malvisto até pela sociedade porque antigamente tinha a síndrome do carcereiro, né? Que era assim, ou o cara é corrupto ou ele é “porreteiro”. Era só assim que o carcereiro, hoje o agente penitenciário era visto. Ou o cara ganhava dinheiro com cadeia ou ele metia o porrete em todo mundo. Ou os dois juntos, né? Metia o porrete em todo mundo e anda ganhava dinheiro. Então assim, isso trouxe um estigma muito grande para a profissão”  
(Entrevista 2 – Agente contratado)

Há uma busca por parte dos Agentes penitenciários de abandonar este estigma criado pela sociedade. Há também, um esforço por parte do Estado em organizar a profissão e padronizar procedimentos na intenção de garantir uma maior efetividade no trabalho dos agentes, sobretudo no trato com as pessoas presas. Isso, no entanto, cria um novo ambiente dentro dos presídios. Diminui a possibilidade de “acordos” e “conchavos” entre agentes e diretorias das unidades que sim, podem descambar para relações de envolvimento ilícito, mas também, como a literatura nos mostra, sempre foi instrumento de manutenção da ordem dentro das cadeias. Se não houver um mínimo de entendimento entre a diretoria, os agentes e as lideranças prisionais, “a

cadeia vira”. Apontamos, em nossa análise, e tentaremos demonstrar ao longo deste trabalho que essa mobilização do aparato burocrático através dos POP’s (Procedimento Operacional Padrão), da utilização obrigatória do fardamento no serviço, enfim, de uma aproximação da organização do trabalho de agente de segurança penitenciária com a de uma estrutura militar, tem modificado significativamente o ambiente prisional e a profissão de Agente Penitenciário.

Em relação ao fardamento. Busca-se, ao nosso entendimento, ao tornar obrigatório o uso da farda, a criação de um “símbolo de prestígio”, tal como define Goffman (1974, p.40):

“Símbolos de prestígio podem ser contrapostos a símbolos de estigma, ou seja, signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente em nossa valorização do indivíduo”

Dessa forma, seria possível abandonar progressivamente o estigma do carcereiro corrupto, em busca de uma associação com a disciplina e rigidez militar, considerada pela sociedade brasileira como positiva. Os novos agentes concursados têm reforçado essa ideia e a função central de custódia dos presos, tem sido cada vez mais controlada e mediada por procedimentos padronizados, revelando uma progressiva organização de uma conduta próxima das de uma polícia.

A questão do armamento também se faz importante nessa nova configuração da profissão de agentes penitenciários. Os antigos “carcereiros”, não possuíam acesso a armas de fogo. Os agentes penitenciários agora possuem o porte<sup>10</sup> e a posse de armas dentro e fora da unidade penitenciária. No entanto, o porte só se aplica aos agentes de segurança penitenciária que sejam efetivos, ou seja, que tenham sido aprovados em concurso público.

### 3.2 OS AGENTES PENITENCIÁRIOS E O ESTIGMA

Em relação ao estigma existente na prática laborativa dos Agentes de Segurança Penitenciária, Lourenço (2010) nos diz que embora o estigma não os

---

<sup>10</sup> A posse e o porte para os Agentes Penitenciários são regulamentados pela lei federal nº 10.826. Em Minas Gerais a situação foi regulamentada pelo decreto 45.084/2009

marque o corpo físico, o fato os agentes estarem ligados à prisão impacta significativamente suas vidas. Os agentes são uma categoria sociológica tida como desacreditável por ter o seu discurso contaminado pelas mazelas do lugar onde passa a maior parte do tempo. É potencialmente corruptível e a partir do momento que são reconhecidos ou identificados como de tal profissão, já se estabelece uma relação mediada pelo estigma. Estar associado, mesmo que sob uma lógica laborativa, ao cárcere, mobiliza preconceitos e estereótipos que são, em geral, depreciativos. No entanto, ainda segundo o autor, existem duas dimensões que precisam ser elaboradas com mais cautela no que diz respeito ao estigma sofrido pelos agentes penitenciários. Existe a dimensão intramuros e extramuros. Intramuros diz respeito as relações estabelecidas dos agentes com as pessoas ali presas e extramuros, com a sociedade mais ampla.

O estigma extramuros, possui como uma das motivações o fato de que a vigilância, a agressão e as torturas sempre foram utilizadas dentro das prisões para punição e manutenção da ordem interna. E essas atitudes moralmente condenáveis para a maioria das pessoas sempre foram exercidas pelos carcereiros, carrascos e guardas de segurança. (Lopes, 2013). Assim, os agentes são considerados pela sociedade mais ampla como principais elementos fundadores da prisão, enquanto instituição social e por isso, são associados às mazelas daquele lugar. Possivelmente para lidarem com essa questão, em geral, os agentes de segurança penitenciária possuem uma tendência a discrição. Se portarem de maneira discreta em sociedade é um elemento de manutenção de sua segurança, mas é, também, uma forma de encobrirem o estigma que carregam. (Barcinski et al.,2014). Há uma restrição muito grande em relação as suas possibilidades de lazer e de uma vida normal quando não estão trabalhando. Qualquer relação fora do universo prisional mobiliza o sentimento de que um “de fora” não vai compreender a complexidade do trabalho que eles exercem, fazendo com que a tendência é que, em momentos de lazer e nas horas vagas, a maioria prefere ficar com a família, companheiros ou amigos.<sup>11</sup>

Quando se trata do estigma intramuros é preciso nos atentar à dinâmica de funcionamento de uma unidade penitenciária. Cabe aos agentes o papel estratégico

---

<sup>11</sup> Lourenço (2010, p.26)

da manutenção de ordem nas unidades penitenciárias e já é consenso na literatura que a manutenção da ordem dentro das cadeias está diretamente relacionada aos acordos entre diretoria, agentes e presos.<sup>12</sup> As relações de poderes dentro do universo prisional são multipolares. Os agentes possuem sua parcela de responsabilidade na manutenção, a direção possui e os presos também possuem. A cadeia “vira” quando equilíbrio entre os atores envolvidos se desestabiliza. E nesse ponto há duas especificidades. Uma é do estigma existente na relação *agente x preso*. Para os presos, o agente é o principal representante da força do Estado e personifica tudo aquilo que o oprime. (Coelho, 1987, p.84). Apesar de depender do agente para quase tudo dentro da cadeia, para o preso o agente é um inimigo ao qual ele é permanentemente obrigado a conviver. (Lourenço, 2010, p.16).

Outra dimensão, pouco explorada até então nos trabalhos sobre o tema é o estigma existente entre tipos diferentes de agentes penitenciários. Esse é, aparentemente um fenômeno recente, uma vez que a categoria começa a se profissionalizar e se estabilizar nos últimos dez anos no caso de Minas Gerais, conseguindo a regulamentação da carreira, a criação de um sindicato, a criação de um grupo tático operacional, novas exigências de uma maior qualificação, etc. (Oliveira et al, 2015). O aumento significativo do número de presos no Estado propiciou um número também muito grande de novos agentes dentro do sistema penitenciário mineiro. O cenário atual é o de que temos um grupo cada vez maior de agentes efetivos, que foram aprovados por um concurso público e conseguem a estabilidade e os benefícios de um cargo público, mas ainda temos muitos agentes em regime de contrato. Cerca de 45,1% dos agentes são contratados e 49,6% são efetivos<sup>13</sup>. Paralelamente a isso, o perfil da profissão tem mudado bastante. A figura do “carcereiro” tem cada vez mais sido abandonada e dado lugar ao “agente de segurança penitenciária”. Para além das nomenclaturas, nos referimos à postura diante da realidade prisional. Se o carcereiro era aquele indivíduo que fazia o necessário para não deixar a cadeia virar, mesmo que isso significasse fazer concessões e acordos com os presos, os novos agentes têm obrigações e

---

<sup>12</sup> Sykes, Gresham. *The Society of Captives: a study of a maximum security prison*. New York: Princeton University Press, 1965.

<sup>13</sup> Oliveira, V.N., Ribeiro, L.,M., Bastos, L. M. (2015). Os agentes penitenciários em Minas Gerais: Quem são e como percebem sua atividade. *Sistema Penal e Violência* 7(2), 175-192

procedimentos operacionais padronizados. O trabalho de custódia tradicionalmente realizado pelos agentes (vigiar, “bater tranca”) tem sido substituído por uma postura mais próxima de um policial. Acontece que essas relações estabelecidas dentro das unidades não são harmônicas. No caso da pesquisa de Oliveira (2018), essas duas perspectivas são personificadas na figura dos agentes antigos e dos agentes novatos. Os agentes antigos possuíam uma cultura de domínio por uma “malícia” do universo prisional. Aprender essa “malícia” seria um fator preponderante para a criação de uma posição de prestígio dentro da equipe. Era natural que, uma vez aprendida, a “malícia” fosse passada como conhecimento para os agentes novatos recém-chegados no universo prisional. No entanto, essa relação entre os “guardas antigos” e os “agentes novatos tem se apresentado conflitante.” Os “guardas antigos” alegam que os “agentes novatos” são desunidos devido a separação das funções em equipes de trabalho (atividade orientada pela secretaria de defesa através de manuais) e a identificação do trabalho como de um trabalho policial. Os “agentes novatos” consideram que o modus-operandi dos “guardas antigos” é antiprofissional, amador e corrupto. (Idem, p.126, 127). Estabelecendo-se assim um estigma entre a própria categoria.

A criação de grupos especiais para atuação em situações de conflito dentro dos presídios, o COPE (Comando de Operações Especiais), o GIR (Grupo de Intervenção Rápida) e o GETAP (Grupo de Escolta Tática Prisional) acabaram por criar mais um ponto de tensão entre a relação dos “guardas antigos” e dos “agentes novatos”. Esses grupamentos são a “tropa de elite” do sistema penal mineiro e acabaram por se tornar objeto de desejo dos “agentes novatos” e uma divergência central na dinâmica penitenciária para os “guardas antigos”. A atuação desses grupamentos é de natureza eminentemente policial, tática, com fortes influências militares. Apesar de só serem chamados em situações de crise, a criação desses grupamentos está relacionada com a busca por uma maior profissionalização da categoria. O que Oliveira (2018) nos mostra é que essa situação acabou por criar um dilema identitário na profissão. De um lado um grupo assume a função de guardiões dos presos, onde possuem a obrigação de manter a ordem dentro do sistema penitenciário e acionam um saber do cotidiano, mobilizando relações de parceria e integração com os atores do sistema penitenciário ou, por outro lado, a função de policias, atuando ostensivamente dentro

e fora das cadeias na guerra contra o crime. Veremos que esse parece ser um dilema central na agenda de pesquisa sobre os Agentes de Segurança Penitenciária em todo o país.

Outro ponto em comum e que tem se tornado foco das pesquisas que têm como objeto de pesquisa privilegiado os agentes de segurança penitenciária, a questão da saúde mental desses profissionais. As habilidades necessárias para o exercício profissional englobam o trabalho em equipe, demonstração de atenção, autocontrole, proatividade, e estão expostos frequentemente a situações de estresse como ameaças e agressões. A rotina desgastante pode acabar repercutindo na saúde desses profissionais através de doenças físicas, estresse, *burnout*, problemas familiares, ou incapacidade de exercer suas funções, além de vir a comprometer a segurança institucional. (Bezerra et al, 2016).

A precarização de uma vida laborativa é, em grande parte, responsável pelo adoecimento físico e psíquico de indivíduos<sup>14</sup>. Ao longo da pesquisa que tematizavam a categoria profissional de Agente penitenciário, encontramos uma série de referências à uma realidade laborativa extremamente precária, seja pela própria estrutura física das unidades onde trabalham ou o voltar para casa, que como já conseguimos constatar, não se estabelece, de fato, um momento de descanso. Em pesquisa realizada com Agentes do estado de São Paulo que buscava medir a prevalência de transtornos mentais comuns entre agentes de segurança penitenciária, Santos et al (2010) identificaram que existe a exposição desses profissionais a pelo menos três tipos de situações ansiogênicas, ou seja, capazes de gerar ansiedade e estresse. A primeira refere-se ao risco iminente de sofrer algum tipo de violência dentro ou fora do local de trabalho, estendendo-se inclusive aos seus familiares. A segunda seria referente à percepção, pelo trabalhador do desgaste de sua saúde, envolvendo saúde física e psíquica, e a terceira, referindo-se à escolha da profissão, que se impõe em razão de ser uma profissão com possibilidades de estabilidade e algum ganho remunerado considerável e não de ser escolhida por uma questão vocacional. Isso pode criar um cenário de constante insatisfação com o trabalho gerando um profundo sofrimento psíquico.

---

<sup>14</sup> Brasil. Ministério da Saúde, III Conferência Nacional de Saúde Mental. Relatório Final, Brasília, DF; 2001.



Em outro estudo que também busca entender o impacto da profissão no desenvolvimento de questões relacionadas ao sofrimento psíquico, aponta para um fator importante de ser destacado na carreira de agente. Os agentes, em geral, trabalham em turnos de 8 horas por dia (quando realizam trabalhos administrativos dentro da unidade) ou em regimes de plantão. As condições desse plantão variam de estado para estado, mas em Minas por exemplo, o plantão é de 24 horas de trabalho por 72 horas de descanso. No caso da pesquisa de Tschiedel et al (2013), os agentes eram do estado do Rio Grande do Sul, e naquele estado é possível trabalhar 24 horas por 24 horas e é possível acumular carga horária em outra lotação. Alguns participantes da pesquisa relataram trabalhar no regime de “Quinzena”<sup>15</sup>, onde trabalham os primeiros quinze dias do mês em uma unidade e os outros quinze em outra. Usam isso como justificativa para o aumento da renda. No entanto, essa situação gera um aumento substancial na exposição desses profissionais aos riscos e dilemas do universo penitenciário, bem como, a sobrecarga.

Dimenstein et al (2017) propôs analisar o uso abusivo de álcool entre trabalhadores do sistema prisional de um estado do nordeste brasileiro. A pesquisa identificou que os agentes penitenciários possuem um padrão de consumo abusivo/dependente acima da média nacional de algumas substâncias, entre elas o álcool, maconha, crack/cocaína e anfetamina. Os agentes com esse perfil compulsivo/dependente são, em geral, de 30 a 45 anos, em um relacionamento estável, com filhos, que apresentam mais tempo de trabalho (10 a 15 anos), têm ensino superior completo, possuem outra ocupação na área de segurança e dobraram de turno no último mês. Em relação à discussão que o estudo propõe, se conclui que quanto mais tempo passam trabalhando no universo penitenciário mais adoecem. A exigência imposta aos trabalhadores, as características da atividade, sem a contrapartida de condições de trabalho favoráveis, geram sofrimento psíquico, evidenciando a relação entre os agravos da saúde e as condições e organização do trabalho. (Idem, p. 66). Também foi evidenciado nessa pesquisa a utilização de substâncias estimulantes para manter-se alerta durante os turnos e plantões. Entre

---

<sup>15</sup> Tschiedel et al, 2013, p.533

essas substâncias estão principalmente a nicotina, mas também a cocaína e anfetaminas, configuradas como drogas ilícitas.

(...) as consequências promovidas pelo trabalho no cárcere são degradantes. Assistimos à deterioração das condições e dos processos de trabalho que se traduz em um aumento vertiginoso do sofrimento no trabalho, em doenças profissionais e em insegurança. Instaura-se uma cultura do desgaste, na qual o esgotamento profissional, o estresse e o consumo abusivo/dependente de substâncias psicoativas são moedas correntes, já que a angústia de jamais fazer o suficiente, de não estar à altura das expectativas, de não preencher os objetivos, de não ver sentido e valorização no trabalho é uma constante. (Dimenstein, M., Lima, A. I. O., Figueiró, R. A., & Leite, J. F., 2017, p.68-69)

Há de se pontuar que todas essas características até aqui exploradas da realidade prisional não são uma especificidade das cadeias brasileiras. É possível identificar uma certa lógica comum também em outros países. (Lourenço, 2010, p.14). E esse ponto, relacionado ao desenvolvimento de sofrimento psíquico vem despertando interesse acadêmico principalmente nos EUA. Os resultados dessas pesquisas nos apresentam um panorama que reforça a ideia de que o estigma na instituição prisional aflige todos que por ela passam. Segundo o levantamento de Bezerra et al, 2016, os estudos sobre o tema na França e no Canadá indicam que um dos principais fatores causadores de sofrimento são as “missões paradoxais” dos agentes penitenciários, que são as missões de punir e ao mesmo tempo de ressocializar. Paradoxo inerente ao sistema penitenciário moderno, ao qual trabalharemos mais à frente. Além disso, também se ratifica a falta de apoio social no trabalho, e os conflitos com os colegas e superiores, como fatores causadores do sofrimento psíquico. (Idem, p.2141).

Em relação aos agentes penitenciários do estado de Minas Gerais também é possível se encontrar correspondências de problemas relacionados à rotina do trabalho na vida privada dos profissionais. Lourenço (2010) encontrou que 70,4% dos agentes entrevistados já tiveram alguma dificuldade para dormir por passar a noite pensando em violência; 62,7% já acordaram no meio da noite pensando em situações de violência e 64,4% tinham evitado pensar no assunto no mês anterior a pesquisa<sup>16</sup>. Oliveira (2015), também nos traz dados significativos sobre esse tema. Segundo sua

---

<sup>16</sup> Lourenço, 2010, p.23.

pesquisa, 60% dos funcionários das unidades penitenciárias pesquisadas por ele em MG, dizem terem preocupação de sofrer agressão física, estresse e ansiedade. Um número relevante também aponta como preocupação ser vítima de arma de fogo, e como bem lembrado pelo autor, os presos não tem acesso às armas, então esse temor teria associação com problemas entre os colegas de trabalho. Quando perguntados sobre a imagem que a sociedade tem dos agentes prisionais, 64% dos agentes respondeu que acha que é regular ou ruim. Além disso, a maioria dos entrevistados não recomendaria a profissão de agente penitenciário para seus filhos. Esse dado ratifica a ideia de que os agentes compreendem que eles estão, de fato, estigmatizados por trabalharem no setor penitenciário. No entanto, 54,2% dos entrevistados acreditam que a sociedade está mal informada quanto a natureza do seu trabalho, creditando, provavelmente, o estigma a um desconhecimento mesmo da sociedade mais ampla em relação ao universo penitenciário.<sup>17</sup>

Segundo o Sá (2007, p.113), é possível separar os problemas relacionados ao universo prisional em dois grandes grupos. Um deles relacionado com o papel e organização da administração pública na manutenção das unidades penitenciárias e outro grupo relacionado a essência do cumprimento da pena de privação de liberdade. No primeiro grupo estão relacionados problemas de falta de conhecimento técnico e administrativo para a gestão das condições materiais de reprodução da vida dentro da prisão, que impacta tanto a vida das pessoas presas quanto das pessoas que trabalham na unidade e, aliado a isso, um desinteresse político em discutir com mais profundidade a situação das prisões. No segundo grupo, estão os problemas que nascem da própria situação de estar privado de liberdade. Ele reside na própria lógica da punição. São as consequências sociopsicológicas ligadas ao efeito de se isolar um indivíduo de seu nicho de sociabilidade e incorporá-lo em outro, dentro de uma instituição com características disciplinadoras. A partir dessa situação surge aquilo que Clemmer (1958) chamou de *prisionização*.

O fenômeno da *prisionização* diz respeito ao aprendizado de uma cultura da prisão. Esse aprendizado se relaciona tanto com a assimilação de um universo formal

---

<sup>17</sup> Todos esses dados estão disponíveis no estudo: Oliveira, V.N., Ribeiro, L.,M., Bastos, L. M. (2015). Os agentes penitenciários em Minas Gerais: Quem são e como percebem sua atividade. Sistema Penal e Violência 7(2), 175-192

como o de regulamentos, rotinas e normas administrativas, quanto também a uma rotina informal, de processos de sociabilidade, hierarquias informais, formas de sobrevivência dentro do cárcere, etc. O fenômeno da *prisonização*, em linhas gerais, fornece meios para a subsistência dentro do universo prisional. Esse processo de assimilação é mais facilmente compreendido ao analisar o caso das pessoas presas. Ele funciona como uma espécie de *dessocializador*<sup>18</sup> em relação aos padrões de fora da instituição prisional. Nessa situação então o preso:

Compreende que ou se adapta à sociedade na qual foi lançado, assumindo um dos papéis sociais disponíveis, ou sofrerá padecimentos insuportáveis. Prisonizar-se será, normalmente, a solução. Prisonização corresponde à assimilação dos padrões vigorantes na penitenciária, estabelecidos, precipuamente, pelos internos mais endurecidos, mais persistentes e menos propensos a melhoras. Adaptar-se à cadeia, destarte, significa, em regra, adquirir as qualificações e atitudes do criminoso habitual. (Thompson, 2002, p.95-96)

Esse fenômeno de assimilação da cultura prisional, como dito anteriormente, é compreendido mais facilmente quando se coloca como ponto de referência a pessoa presa devido à sua vulnerabilidade dentro de uma instituição fechada. No entanto, é possível compreender que esse fenômeno também acontece com outros atores ligados ao universo prisional, inclusive os agentes penitenciários. A relação dos presos com os agentes é intensa. Eles são, a todo momento, chamados a lidar com problemas de natureza mais diversa. Adentram, muitas vezes, em um nível grande de personalidade na relação com os presos para que consigam exercer sua função de custódia e vigilância. Dessa forma, os agentes precisam também aprender e compartilhar aspectos dessa cultura prisional na qual todos estão inseridos. Não é raro, encontrar referências a essa relação em trabalhos que possuem como centralidade os agentes penitenciários<sup>19</sup>.

Em relação ao debate citado anteriormente, que propõe a ideia do paradoxo inerente ao universo prisional, que é o de punir e ressocializar. Essa perspectiva, tratada como complementar na criação das legislações pertinentes a questão

---

<sup>18</sup> CHIES, L. A. B. (Coord.); BARROS, A. X., LOPES, C. L. A. S. e OLIVEIRA, S. F. A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena. Pelotas: EDUCAT, 2001

<sup>19</sup> Lourenço (2010), Moraes (2005), Lourenço, A (2011), Santos (2007), são exemplos dos trabalhos que exemplificam essa reprodução de condutas, valores, falas de presos pelos agentes de segurança penitenciária.

penitenciária no Brasil, na realidade se coloca como um paradoxo. Como duas situações que para que uma aconteça, a outra não pode ocorrer. Ou se pune, ou se ressocializa. Ao fazer uma arqueologia das punições, Foucault (1975), elabora a noção de tecnologias política do corpo, que antes era supliciado publicamente e utilizado como referência de punição à desobediência contra o soberano, agora é domesticado e docilizado dentro dos aparatos disciplinares da prisão. A própria noção de ressocialização, na perspectiva foucaultiana, representa nada mais do que uma adequação daquele corpo à noção de uma sociedade disciplinar. Goffman (1961) ao discorrer sobre a prisão enquanto instituição total, aponta para a dificuldade de reinserção do indivíduo submetido à uma dessas instituições à sociedade mais ampla. Para se adaptar à rotina de uma instituição total é preciso abdicar de valores e se ajustar as normas e regras daquele espaço, passando a reproduzir a lógica daquela instituição. Existem nessas instituições procedimentos ligados a padronização do comportamento do interno através da ordem e da disciplina e isso acaba por impactar na própria personalidade do indivíduo e conseqüentemente na forma com que o mesmo se relaciona com os demais. Esse processo é considerado pelo autor como a mortificação do eu<sup>20</sup>.

A Lei de Execução penal<sup>21</sup> é considerada como um grande avanço nas polícias penitenciárias brasileiras por dispor pela busca pela efetivação de uma política de ressocialização da pessoa presa. No entanto, paradoxalmente, o movimento de encarceramento em massa, já substancialmente comprovado através dos últimos dados relacionados à população carcerária brasileira, aponta para o fato de que as perspectivas de ressocialização se mostram inviáveis dadas as circunstâncias da maior parte das unidades penitenciárias do país, e além do mais, o discurso punitivista de endurecimento das penas e o fortalecimento dos investimentos em segurança pública centralizados no policiamento ostensivo nos mostra que esse problema está distante de ser equacionado, uma vez que as taxas de reincidência também continuam a aumentar. Mas ainda assim é importante ressaltar que essa ambigüidade no papel da prisão, pelo menos no que diz respeito à legislação pertinente também se reflete no trabalho dos agentes penitenciários.

---

<sup>20</sup> Goffman, 1961, p.24.

<sup>21</sup> Lei nº 7.210 de 11 de Julho de 1984

Apesar de se saber que os agentes penitenciários possuem uma atuação de natureza cautelar, ou seja, que englobe os cuidados com a manutenção da vida do preso dentro das grades, realizar custódia, escolta, realizar as rondas das alas, galerias, realizar o controle e conferência diária da população carcerária e supervisionar a unidade em diversos aspectos, no que diz respeito à perspectiva de ressocialização essas funções acabam se tornando sem clareza.

No cumprimento de suas funções, portanto, o agente executa serviços de vigilância e custódia, aplica medidas restritivas de direitos e de privação de liberdade, bem como atua na execução de programas e ações de apoio ao tratamento penal para socialização dos detentos. As atribuições prescritas reforçam a confusão do papel do agente penitenciário, que provavelmente reflete a própria falta de clareza sobre a dupla função – punitiva e ressocializadora – da instituição penitenciária. Como ressocializar a partir do isolamento, do rompimento de laços afetivos e sociais ou de práticas punitivas que revitimizam os presos constantemente dentro dessas instituições? (Barcinski, M et al, 2014, p.2248)

O dilema entre cuidar e vigiar é constante na prática cotidiana dos agentes penitenciários. Como a prisão tem sua função punitiva e ressocializadora e o agente é um funcionário dessa instituição, a função do agente passa a ser, também, ressocializar e punir, ou ao menos garantir o funcionamento dessas funções. Barcinski M, Altenbernd B e Campani C. (2014), em um trabalho realizado com uma agente de segurança penitenciária exploram essa dimensão ambígua do trabalho com mais profundidade. Nesse trabalho, as autoras percebem o contraste constante no discurso da agente pesquisada em relação, por exemplo ao contato com as mulheres presas. Em determinado momento ela reforça a perspectiva institucional do trabalho, que pressupõe um certo nível de distanciamento e neutralidade relacionados à uma atuação punitiva e de controle. Por outro lado, se apoia em um discurso redentor quando se refere ao seu trabalho com as presas gestantes, e que se propõe a estabelecer relações mais humanas com as mulheres presas.

A empatia descrita como parte de sua conduta é descartada (...) como atribuição do cargo de agente penitenciária. Portanto, ao tratar as presas com humanidade e proximidade ela extrapolaria as suas funções profissionais. O que poderia ser interpretado como um excesso inadequado da parte dela, no entanto, marca uma vez mais a distância entre (...) as outras agentes que não adotam a mesma conduta. (Barcinski M, Altenbernd B, Campani C., 2014, p.2251)

Na pesquisa também, elas percebem que a agente toma para si, em um nível pessoal, a responsabilidade de uma eventual reincidência das presas. Isso significaria que seu trabalho de ressocialização não foi feito de forma adequada. Porém, ao se referir a essa situação, considera que está extrapolando suas funções de agente. Como se o fato de contribuir para uma “redenção” das mulheres presas não ser de sua responsabilidade institucional. Então, atuar em prol de afastar aquelas mulheres do mundo do crime seria uma perspectiva de atuação pessoal da entrevistada e não uma obrigação do seu trabalho. O que demonstra mais uma vez uma certa confusão, em relação a própria forma de como a agente entrevistada compreende a sua profissão. Ela também se refere bastante ao estigma, categoria que pretendemos nesse trabalho explorar com mais cuidado. A agente se refere ao estigma da profissão de agentes violentos e que utilizam de recursos como a manipulação e mobilização da força física para a manutenção da ordem dentro da unidade. A entrevistada busca reforçar a ideia de que, apesar de ser isso que a sociedade espera das agentes ela não corresponde a essa situação e busca tentar promover uma atuação centralizada no diálogo. Ainda, em relação ao sentimento das agentes para com as presas, segundo as autoras, é possível observar um “dilema de experimentar um afeto positivo por alguém a quem se deveria controlar” (Idem, p.2252). Em resumo, as práticas de natureza penal punitiva e as premissas fundamentadas em perspectivas de ressocialização se confundem no universo penitenciário e acabam por criar uma situação dilemática envolvendo a atuação dos e das agentes de segurança penitenciária.

Um dos pontos de conclusão do estudo de Dimenstein et al (2017), já citado anteriormente, que vale uma discussão mais sofisticada é o de que entre as condições de trabalho desfavoráveis está a situação de vulnerabilidade, sempre evidenciada pelos agentes, em relação ao Estado. O Estado é sempre colocado como uma entidade que produz benesses para os presos e esquece dos agentes. Isso afeta a saúde mental dos trabalhadores, gerando um sentimento de humilhação por parte da classe e um sentimento de desgaste físico e mental no cotidiano. Esse é um ponto que aparece de forma recorrente em outras pesquisas. Cria-se a ideia de que o Estado também estigmatiza os agentes penitenciário

Lourenço (2010) nos diz que uma queixa recorrente por parte dos agentes pesquisados é o de que eles não são chamados a dar opiniões nas diretrizes de políticas penitenciárias empreendidas pelo Estado. O fato de estarem imersos nos dilemas e questões da dinâmica penitenciária em tese deveria garantir, principalmente aos agentes mais antigos, um certo tipo de saber mais ou menos especializado de como gerenciar uma unidade penitenciária. Até mesmo as reformas de natureza estrutural das unidades penitenciárias, que deveria ser o mínimo para o seu funcionamento, por vezes, é negligenciada pelos Estados. Em relação a isso, Lourenço (2011), ao se referir as instalações e mobiliários das unidades onde buscou estudar o espaço de vida dos agentes penitenciários, constatou que a reforma de mobiliário de alguns pontos centrais e relevantes para a segurança da unidade foi financeiramente bancada pelos próprios agentes penitenciários. Uma vez que as condições mínimas para o trabalho não podem ser exercidas, sua integridade física fica comprometida. Mas o agente necessitar financiar essas reformas do próprio bolso causa um profundo sentimento de desaprovação e humilhação. Outra condição recorrente de revolta por parte dos agentes em relação ao Estado são as políticas de assistência oferecidas as pessoas presas. Lourenço (2010) reproduziu uma crítica dos agentes entrevistados em seu trabalho direcionada ao atendimento psicológico que os presos tinham acesso de graça e os agentes, mesmo no contexto de estresse e demais problemas relacionados a rotina, não poderiam ter acesso, mesmo quando os profissionais responsáveis pelo atendimento (psicólogos e psiquiatras) atuam na unidade e, logisticamente, o atendimento aos agentes seria bastante simplificado.

Apesar disso, a carreira de agente de segurança penitenciária, na maioria dos estados brasileiros tem se tornado cada vez mais atrativa. O aumento progressivo do número de pessoas presas também tem significado um maior número de vagas em concursos para os agentes. A estabilidade do serviço público e a remuneração são pontos de destaque como justificativa para a escolha da profissão. Bandeira e Batista (2009), ao traçar as trajetórias profissionais dos agentes de segurança do distrito federal e do estado de Goiás indica que, em seu universo de entrevistados, os agentes foram unânimes em indicar os salários e a estabilidade como principal atrativo para o serviço. Os agentes efetivos também foram unânimes em considerar a profissão apenas como um “trampolim” para que consigam organizar o tempo livre e se



prepararem para concursos melhores, sobretudo para aqueles que já concluíram o nível superior. Fernandes et al (2002), em trabalho com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador também aponta a conclusão que os agentes, sobretudo os que cursaram ou estão cursando o ensino superior, enxergam o trabalho com temporário e se valem da estabilidade e do salário de um serviço público para continuar estudando para concursos melhores. Em Moraes (2005), em relação aos agentes do Paraná, também aponta para os principais motivos de escolha da profissão o salário e a estabilidade. Em Minas Gerais, 54,5% dos agentes entrevistados por Oliveira et al (2015) afirmaram que a estabilidade, o bom salário em relação ao mercado e oportunidades relacionadas ao trabalho na área de segurança pública são os fatores determinantes para a escolha da carreira. Esse é um cenário recorrente, como podemos observar. Apesar das recorrentes críticas à capacidade do Estado de gerenciar o sistema prisional, os salários razoáveis, a estabilidade do serviço público e a flexibilização dos horários acaba tornando a carreira de agente atrativa para aqueles que desconsideram as vicissitudes do universo prisional.

Há aqueles, porém, que estão igualmente expostos a essas vicissitudes, recebem um salário razoável, mas não possuem a estabilidade de um concurso público. São os agentes contratados, que apesar de estarem diminuindo com a abertura de vagas no sistema prisional, ainda são um número relevante. Lourenço (2010) chama atenção para a significativa quantidade de críticas decorrentes do sistema de trabalho com o contrato. Na época de sua pesquisa, haviam servidores com mais de 10 anos de trabalho em unidades penitenciárias ainda como provisórios. (Idem, p.28). O regime de contrato gera incertezas devido a possibilidade de rompimento do contrato a qualquer momento, além de não permitir o acesso a determinadas vantagens institucionais que os funcionários públicos acessam. Em pesquisa mais recente, Oliveira et al (2015), que buscava traçar o perfil dos agentes penitenciário mineiro, observou-se que 45,1% dos agentes são contratados. Nesse mesmo estudo, os autores se preocupam em determinar algumas diferenças entre os regimes de trabalho. Entre elas estão que os agentes concursados possuem um tempo maior de formação profissional do que os contratados. O treinamento dos agentes contratados é mais rápido e isso pode algum efeito direto na forma do exercício da atividade. Outro fator relevante de ser mencionado em relação as

diferenças das condições de trabalho é a diferença para a escolha da carreira no sistema prisional. Entre os concursados, 66% afirmaram que o principal motivo pelo qual escolheram a profissão foi o tipo de emprego, entre os temporários esse percentual é de 40,6%. Porém, quando perguntados sobre o principal motivo para se tornarem agentes prisionais, 43,2% dos contratados afirmou que foi trabalhar na área de segurança/lei, enquanto que, os concursados, essa motivação foi apontada por apenas 22%. Nas palavras dos autores:

“para quem ainda exerce a função de forma temporária, a vontade de realizar uma atividade de segurança pública se sobrepõe aos demais fatores apontados, enquanto, entre os concursados, a dimensão determinante é a possibilidade de ser funcionário público<sup>22</sup>.” (Oliveira, V., Ribeiro, L., Bastos, L., 2015, p. 187)

Até o ano de 2014, a proporção entre agentes contratados e concursados era bastante irregular. Naquele ano, o estado de Minas Gerais dispunha de um efetivo de 12.713 agentes contratados e 3.090 agentes concursados. No ano seguinte, 2015, essa proporção começa a mudar significativamente, passando para 9.617 contratados e 8.531 concursados. Em 2016, a diferença diminui ainda mais, contando com 9.315 contratados e 8.632 concursados e em 2017, pela primeira vez, o estado dispõe de um efetivo maior de concursados em relação aos contratados contando, respectivamente, 10.992 e 7.900<sup>23</sup>.

A situação de convivência entre os agentes efetivos e os contratados se apresentou, na mesma pesquisa supracitada, como certo espaço de conflito no cotidiano do trabalho. Segundo identificado pelos autores, existe um certo ressentimento dos agentes contratados em relação a transitoriedade do seu trabalho no universo penitenciário e a uma certa desvalorização do seu conhecimento adquirido enquanto um saber tradicional daquele universo, uma vez que, em geral, os agentes mais antigos das unidades são os agentes contratados. Além disso, devido a seu regime contratual não possuem plano de carreira que envolva progressão de salário nem acesso a cargos de maior importância salarial e de status. Além disso,

---

<sup>22</sup> Todos os dados e tabelas estão disponíveis em: Oliveira, V. N., Ribeiro, L. M., Bastos, L. M. (2015). Os agentes penitenciários em Minas Gerais: Quem são e como percebem a sua atividade. *Sistema Penal & Violência*, 7(2), 175-192.

<sup>23</sup> Fonte: Sistema de Administração Pessoal de Minas Gerais – SISAP. Ferreira et al. (2017)

consideram os agentes efetivos como “ambiciosos e individualistas”. (Idem, p.21). Todo esse contexto de conflito entre as categorias se soma aos conflitos já inerentes ao espaço prisional, relacionado a custódia e manutenção da vida das pessoas presas. Essa situação de conflito entre as categorias parece que não se resolverá enquanto o estado mantiver um número expressivo de agentes contratados. Todo o esforço, nos últimos anos, tem sido o de substituir definitivamente a situação de contrato. No entanto, se analisarmos a quantidade de pessoas presas que adentram nas penitenciárias todos os anos, para cumprimento de penas ou preventivamente, parece improvável que o Estado consiga permanecer com todo o efetivo de agentes penitenciários concursados durante algum tempo. Desta forma, não parece ser plausível que a figura do contrato desapareça por completo. O indicativo é de que ele venha cada vez mais perdendo espaço nas disputas internas quanto a orientação da dinâmica de funcionamento e manutenção da ordem nas unidades penitenciárias, ou se adapte à lógica de “policialização” que tem sido o mote central da profissionalização dos agentes de segurança penitenciária em Minas. A organização interna das unidades prisionais tem cada vez mais incorporado a lógica e o *modus operandi* de uma instituição militarizada, cada vez menos inclinada aos diálogos e negociações com os presos. (Idem, p. 28).

Esse fenômeno aparentemente novo, pode estar relacionado com o que nos propusemos analisar neste trabalho. O progressivo estabelecimento de uma lógica militarizada e uma premissa institucional que abandone e deslegitime a figura do “carcereiro”, ao nosso ver, tem sido fator central em uma tentativa de abandonar os estigmas aos quais a categoria sempre foi submetida. Pautar uma significativa mudança na padronização dos comportamentos através dos procedimentos operacionais, o fardamento com forte inspiração militar, e uma conduta de rigidez em relação às possibilidades de diálogo e contato com os presos tem sido o norte da profissionalização da carreira de agente penitenciário. O que fica sem resposta clara é como que a comunidade carcerária vai interagir com essa mudança, sabendo que o contexto de dominação das facções criminosas (que surgiram devido à situação precária das unidades penitenciárias do país) é cada vez maior em todo o território brasileiro.

## CAPITULO 4 O TRABALHO NO CÁRCERE SOB ÓTICAS DISTINTAS

### 4.1 O CONTRATADO

Neste capítulo, apresentaremos, a partir da análise de dados das entrevistas, três categorias de agentes que consideramos fundamental serem distinguidas por terem se tornado um ponto crucial na conclusão que pretendemos fazer. Ao longo de toda a inserção do pesquisador na unidade penitenciária, a partir do contato com a diretoria e com os agentes se marcou essa diferença. Ao longo do desenvolvimento das atividades as diferenças ficaram cada vez mais explícitas e acabaram por se apresentar enquanto um ponto de tensão dentro da dinâmica do presídio sob a ótica dos agentes.

Em primeira análise, buscaremos categorizar a figura do *contratado*. Os contratados são os poucos e remanescentes agentes na unidade que possuem uma contratação de prestação de serviço temporária. Os contratos são de três anos, sendo possível ser renovado por mais três e posteriormente para mais dois anos, totalizando, no máximo, oito anos de prestação de serviço. Das 15 entrevistas totalizadas 4 foram com agentes contratados. Os contratados, em geral, cumprem funções mais ostensivas na dinâmica do trabalho interno, justamente pela possibilidade inerente de que seu contrato seja reincidido. Assim, não são, em geral, alocados em funções burocráticas ou que envolvam algum tipo de conhecimento especializado. Com isso, em uma eventual rescisão, seu trabalho pode ser facilmente substituído por outro agente. Eles são, a partir do que pudemos identificar, os que mais estão expostos a dinâmica estressante do trabalho no cárcere. São os que, em geral, possuem contato direto com os presos dentro dos pavilhões e por isso, os que estão mais sujeitos a violências e momentos de tensão próprios das dinâmicas de unidades prisionais. O processo de seleção para a contratação se consistiu de entrega de currículo, avaliação psicológica, um curso de uma semana de formação com avaliação no final, perícia médica e uma avaliação de conduta ilibada, que significa não ter nenhuma pendência com a justiça.

No caso da unidade pesquisada, os funcionários com maior tempo de trabalho são os contratados ou os que eram contratados e depois passaram nos concursos e

portanto, os que tem mais experiência no trabalho prisional. Os contratados, no entanto, não possuem garantias e benefícios próprios de um funcionário público concursado. Efetuam basicamente o mesmo trabalho, porém, com a rescisão do contrato estarão novamente no mercado de trabalho. O consenso que existe entre os profissionais do cárcere é o de que o estigma de agente penitenciário jamais vai abandoná-lo.

No dia a dia, no trabalho, ele vai exercer as mesmas funções, mas as garantias que a ele são concedidas não são as mesmas do servidor efetivo. E nisso há um grande pecado porque ele exerce as mesmas funções e ele tem que se impor como o agente contratado, mas não recebe as garantias para exercer aquela função daquela maneira. Na hora que ele se vê aí no mercado de trabalho formal ou informal do lado de fora, as coisas mudam, mas ele leva essa bagagem do sistema prisional. Ele nunca vai deixar de visto na rua como o agente penitenciário ou um ex agente penitenciário. E isso pode ser muito conflitante com algumas áreas onde ele vai atuar. (Entrevista 11 – Diretor do presídio)

Um ponto de crítica recorrente nas entrevistas dos agentes contratados foi em relação ao fato de existir uma burocracia maior para eles tirarem o porte de arma de fogo. Os entrevistados possuíam o direito a posse e o manuseio, mas o porte está pendente devido às burocracias inerentes a esse processo. No entanto, segundo eles, essas burocracias não são as mesmas para os concursados e isso não se justificaria, uma vez que eles estão submetidos aos mesmos riscos que os concursados. Por vezes, como descrito anteriormente, estão expostos a riscos ainda maiores, por realizarem, em geral, trabalhos ostensivos dentro da unidade e por isso estarem em contato direto com os presos, possibilitando algum tipo de reconhecimento e perseguição posterior.

“Principalmente... tocando no assunto do porte de armas, o contratado... A SEAP não libera o porte de arma para o contratado. Entendeu? É mais facilitado, e libera e eu até tenho a posse de arma. Eu posso ter a posse pra mim ter a minha arma em casa. Mas eu não posso andar armado. Entendeu? Eles não liberam o porte. Para o efetivo libera. Aí eu não sei aonde que eles vê a diferença. Beleza, não dá o porte vitalício pra pessoa, pro contratado. Ah, você tem 8 anos de contrato, então durante 8 anos você vai ter o porte, da sua arma normal. Terminou seu contrato, vai expirar seu porte e você vai ter só a posse, pra você ter na sua casa. Mas nem isso eles não fazem. Então assim, você vê que se você jogar pelo lado das ameaças e tudo que acontece. Pra que que você tem uma arma? Pra que que você quer o porte? Pra me precaver. Pra mim andar armado, diante de tantas ameaças e tantas coisas que acontecem. Isso acontece com efetivo, do mesmo jeito. É questão de

vida ali que tá em jogo. Mas eles infelizmente... já tentei, inclusive chegou um... um tempo atrás chegou um memorando aqui pra nós, explicando pro efetivo pedir o porte e pro contratado também, aí na ocasião nós fizemos o curso que faz, passamos pelo psicológico, pelo laudo psicológico e passamos pela, pelo curso prático de tiro. Juntamos toda essa documentação, mas uma pancada de atestado, enviamos para a SEAP, na ocasião, solicitando o porte dos contratados, fizemos isso tudo a parte, pagamos o curso de novo lá de tiro, fizemos tudo! Até hoje!" (Entrevista 1 – Agente contratado)

Em uma pesquisa recente sobre o perfil dos agentes penitenciários de Minas Gerais, fez-se essa diferenciação entre os agentes concursados e os agentes contratados. Quando questionados sobre os motivos que levaram a escolha da profissão, 40% dos agentes contratados entrevistados responderam que o principal motivo da escolha se deu pela possibilidade de trabalharem na área de segurança/lei. Em relação aos concursados, a porcentagem cai para apenas 22%. (Oliveira, 2018, p.88). Ou seja, há um vínculo maior de identidade com o trabalho prisional por parte dos agentes contratados do que dos concursados. Esse dado se materializou nas entrevistas que realizamos. Dos contratados, todos entrevistados pretendem passar no concurso para continuarem trabalhando na área. E a grande maioria dos concursados e do pessoal do ranço do contrato, utilizam o trabalho como estabilidade necessária para o momento para continuarem estudando e posteriormente prestarem concursos melhores.

#### 4.2 O “RANÇO DO CONTRATO”

Está em curso no Estado de Minas Gerais, um progressivo abandono da categoria do contrato. Com a abertura dos concursos a intenção do Estado é ocupar todas as vagas disponíveis com agentes concursados. É um processo que já está em andamento e em unidades menores, como é o caso da unidade de Cataguases, esse processo se encontra avançado. O efetivo da unidade hoje já conta com número majoritário de agentes concursados efetivos. Há, porém, aqueles que começaram o trabalho prisional como contratados e depois passaram nos concursos. Acreditamos que é importante categorizá-los à medida que os mesmos apresentaram o que eles mesmos denominam de “*ranço do contrato*”. Esse “ranço” seria uma expressão relacionada a postura de trabalho dentro da unidade que eles eram obrigados a ter,

enquanto contratados e mantiveram após a aprovação nos concursos. Como já dito, devido à permanente instabilidade na manutenção dos contratos, há uma certa cultura organizacional dentro da unidade de que os contratados trabalham mais e de forma mais produtiva. Devido ao risco iminente de rompimento com o contrato, se mostram mais proativos e dinâmicos no cumprimento de suas funções.

Em relação as queixas em relação ao trabalho, os apontamentos daqueles que possuem o “ranço do contrato” são as mesmas dos contratados. Apesar da estabilidade de um concurso público, apontam o trabalho como desgastante e estressante e a postura fora da unidade prisional envolve também uma certa reclusão da sociedade mais ampla. Em geral, suas atividades de lazer envolvem festas que não sejam aglomerações, passeios com a família e amigos mais próximos.

Há uma espécie de orgulho entre os entrevistados de se identificarem no grupo do “*ranço do contrato*”, uma vez que essa situação demonstra que por conta de uma postura pessoal de entrega e sacrifício conseguiram ser aprovados em um concurso público concorrido e garantirem estabilidade no serviço, no entanto, demarca uma diferença de que não fazem parte de um grupo que se esconde na estabilidade do concurso para evitar o trabalho árduo.

#### 4.3 OS EFETIVOS OU CONCURSADOS

O esforço em acentuar a expressão do “ranço”, ao nosso ver, vem de uma necessidade de diferenciação entre os concursados. Os concursados são os agentes, em geral, mais novos de idade e com menos tempo de atuação na profissão. Estes, durante nossa pesquisa, foram o que menos se propuseram a participar das entrevistas. E os que participaram, apresentaram uma postura mais desconfiada e apreensiva em relação a nossa função ali e as perguntas que faríamos.

Existe um estigma dentro da unidade prisional com os concursados. Eles são considerados vaidosos e pouco afeitos ao trabalho. Passaram no concurso e não estão preocupados em trabalhar em prol da unidade e como nos foi relatado, se existe um problema na equipe de trabalho, os presos vão perceber essa fragilidade e isso pode significar um risco a mais na dinâmica do presídio.

“Surgiu essa vaidade de que “ah eu sou concursado, eu posso isso, eu posso aquilo e tem hora que a nossa própria secretaria contribui para esse desgaste. Eu fui contratada e na época quando eu entrei, a gente trabalhava pra burro. A gente não tinha folga, sabe? Diretor não falava dos direitos pra gente. Quando vem o efetivo ele já vem nessa vaidade. A maioria deles já tem uma formação acadêmica e as vezes aquela coisa, “eu sou melhor que você porque eu sou um advogado...” (...) O efetivo não tá nem aí pra nada. Dá atestado pra qualquer coisa, afasta por qualquer coisa. Então existe essa vaidade.” (Entrevista 9 – Ranço do contrato)

Oliveira (2018) também observa essa criação de diferenciações e, da forma como nos propusemos a analisar, de estigmas, dentro do mundo dos agentes.

Nas prisões de Minas Gerais não apenas os prisioneiros têm se organizado em grupos com suas próprias regras, crenças, valores e normas compartilhadas. Os agentes penitenciários também deixaram de ser um grupo único e indivisível. No interior das unidades existem os “guardas antigos”, os agentes “novatos” e os agentes de grupamentos táticos. Essas diversificações de perfis (tanto do lado dos presos quanto do lado dos agentes penitenciários) vieram acompanhadas de rixas, conflitos e acirram as tensas clivagens existentes nos ambientes prisionais refletindo, portanto, no modo como o cotidiano prisional tem sido administrado. (op,cit p.116)

Nos foi relatado por um agente que, em uma situação recente na unidade, um agente contratado antigo, que já trabalhou durante muito tempo em uma função de coordenação foi designado pela diretoria para assumir novamente esse posto e sua atuação foi questionada pelos agentes efetivos, pelo fato de ser contratado. Isso criou um desentendimento entre as categorias, uma vez que não havia ninguém mais qualificado para o posto, segundo nos foi relatado. “Não se pode contar com o efetivo”, afirmou uma agente, ao narrar a situação. A estabilidade é considerada como uma “muleta” para a falta de proatividade dos concursados e isso gera pontos de tensão entre eles, os contratados e o pessoal do ranço. Como já demonstramos, o regime do contrato está progressivamente acabando e dando lugar aos efetivos, isso, pode significar uma mudança significativa, ao longo dos próximos anos, na gestão interna das unidades penitenciárias de Minas. Principalmente as unidades pequenas, longes da capital do Estado, onde o acesso à secretaria é burocrático e demorado.

Os efetivos também nos pareceram ser os que mais reproduzem um certo pragmatismo. Não se queixaram profundamente das vicissitudes do trabalho no cárcere e em geral afirmaram que modificaram muito pouco sua vida antes de começaram a trabalhar em presídio. Levam muito em consideração os procedimentos



operacionais padronizados definidos pela Secretaria. O caso da unidade foi ilustrativo e de acordo com o que tem sido observado em outras pesquisas com a mesma temática. Os conflitos mais recorrentes que foram citados nas entrevistas envolviam a postura dos agentes efetivos, pautados pelos procedimentos operacionais e pelos manuais contra os agentes contratados que, por terem mais experiência no cárcere, apresentam uma perspectiva mais pró diálogo e tentam resolver os conflitos ali mesmo, sem a necessidade de fazer uma ocorrência, por exemplo. O pessoal do “ranço” transita entre os dois mundos. Eles se colocam como um ponto de equilíbrio nos momentos dos conflitos. Nas situações que nos foram apresentadas, o pessoal do “ranço” se divide nas posições. Alguns, especialmente os de mais tempo de trabalho, tem uma tendência a se colocarem do lado dos contratados e outros, do lado dos efetivos.

#### 4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para compreendermos em que medida o estigma se estabelece entre os agentes penitenciários pesquisados, buscaremos criar categorias através da análise das entrevistas. Tentaremos elencar alguns pontos centrais onde fica evidente o estigma que sofrem e utilizaremos a comparação com outras pesquisas com o mesmo tema, além de trechos das entrevistas transcritas para que fica claro como, onde e de que forma os estigmas se estabelecem.

Os principais pontos que identificamos nos entrevistados que se relacionam de alguma forma com o estigma da profissão são: *A escolha da profissão*, onde buscaremos identificar qual foi a motivação para se tornarem agentes penitenciários. Faremos um breve relato sobre o papel *das mulheres* agentes na unidade. Outra categoria que buscamos analisar foi o *treinamento*, onde passam por um período de transição do mundo civil, que se relaciona com sua vivência e trajetória antes do cárcere e depois, quando começam se preparam e são preparados física e psicologicamente para ingressarem no universo penitenciário. Também destacaremos os *impactos da vivência profissional* na vida dos agentes vida após adentrarem na profissão. Um ponto que também observamos e consideramos importante ressaltar foi a utilização de um “*jeitinho*”, que se caracteriza pela mobilização de um certo saber

tradicional das prisões, uma certa malícia, que cumpre uma função na manutenção da ordem na unidade. Consideramos importante apontar para essa prática pois nos parece ser um ponto de tensão entre os agentes mais antigos, caracterizados pelos contratados e do ranço, em relação aos agentes efetivos, que são, em geral, os mais novos da unidade.

Também buscaremos elaborar o papel da *família*. Em todas as entrevistas a família aparece como fundamental na percepção dos agentes em relação ao seu trabalho. Elencamos, por fim, como categoria importante para análise, também, a impressão que os agentes tem sobre como a *sociedade* os enxerga. Consideramos que, a partir dessas respostas também conseguimos enxergar dimensões do estigma da profissão. Como já dito, buscaremos, quando for pertinente, contrastar os resultados que encontramos na pesquisa de campo com outras pesquisas que possui como foco o mesmo tema que nos propusemos a estudar. E por fim, encaminharemos para uma conclusão do trabalho.

#### 4.3.1 A escolha da profissão

Em todas as entrevistas que fizemos o procedimento para a coleta de dados se deu da seguinte forma: o pesquisador se apresentava, expunha brevemente sua trajetória acadêmica e as motivações para a pesquisa que estava se empreendendo ali na unidade. Posteriormente, a primeira pergunta direcionada a todos os agentes foi a quanto tempo os mesmos estavam exercendo a profissão de agente penitenciário. Depois de respondida, uma segunda pergunta se relacionava com a motivação para a escolha da profissão. A resposta de todos os agentes e agentes entrevistados se relacionava com três eixos: remuneração, estabilidade e atuação na área de segurança. Nenhum dos entrevistados afirmou que a escolha da profissão foi de motivada por algum tipo de vocação, ou pelo fato de que sonhavam em se tornar agentes penitenciários. Todos, pelo que compreendemos, se tornaram agentes penitenciários por circunstâncias triviais, que envolveram os três eixos que organizamos. O fator remuneração foi o que apareceu em todas as situações. A remuneração inicial da categoria hoje é de R\$ 4.098,00<sup>24</sup> bruto, com possibilidades de

---

<sup>24</sup> Disponível em :< [www.sindaspmg.org.br/sindasp](http://www.sindaspmg.org.br/sindasp)> Acesso em: 26/07/2019

progressão na carreira. Segundo o último censo realizado pelo IBGE, a renda per capita na cidade de Cataguases – MG é de 1,9 salários mínimos<sup>25</sup>, que nos números de hoje seria o equivalente a aproximadamente R\$ 1898,20. O que significa que é um trabalho consideravelmente bem remunerado para os padrões da cidade. E isso nos foi explicitado por um dos agentes entrevistados.

“É um serviço público, um concurso bom. Te paga um salário que hoje, você conhece Cataguases... Pra iniciativa privada pra pagar, com os descontos hoje, dá três mil e... eu tive uma progressão na carreira, então hoje com os descontos chega a três mil e oitocentos, três mil e novecentos. Aonde em Cataguases vai pagar isso? Se você for um engenheiro, empregado na ENERGISA. E muitos daqui nem são da cidade. São de outras cidades que vieram para cá. Um cargo excelente na Industrial. E um servidor público, né? Executivo, legislativo ou judiciário, que é onde você vai conseguir um salário nessa faixa. Agora você imagina? Sair para ganhar um salário mínimo!” – (Entrevista 4 – Ranço do contrato)

Outro ponto relevante nas entrevistas foi a questão da estabilidade. A ideia de estar estável em um serviço, mesmo que as circunstâncias de trabalho não sejam das melhores foi um dos fatores mais relevantes para os entrevistados. Os que chamamos de *efetivos* são aqueles que nunca trabalharam no sistema penitenciário e só entraram para a carreira porque passaram no concurso. Pudemos observar isso em diversas situações. Essas pessoas eram “concurseiras”. Estavam se preparando para concursos diversos e, por acaso, o primeiro que passaram foi o de agente penitenciário.

“Então cara, o que exatamente... o que mais me puxou para a área foi a estabilidade e o salário. A princípio foi isso. Não é uma coisa que eu gostava antes... A princípio foi o salário e a estabilidade.” (Entrevista 13 – Agente efetivo)

“Eu entrei na faculdade, fiz Educação Física, e Educação física não dá um retorno legal de grana. Eu morava com os meus avós na época e aí meu vô falou na época que pagava para eu estudar em casa para poder fazer um concurso. E aí o primeiro concurso foi o de agente, que apareceu, eu passei e tô aí ainda...” (Entrevista 6 – Agente Mulher efetiva)

Como podemos observar, a questão relacionada a remuneração e estabilidade apareceram de forma unânime em todas as entrevistas dos agentes efetivos. A

---

<sup>25</sup> Disponível em :< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cataguases/panorama>> Acesso em: 26/07/2019

estabilidade é um fator que não existe para aqueles que são contratados. E em relação aos contratados, nas entrevistas pudemos observar a ocorrência mais frequente do terceiro eixo: trabalhar na área de segurança pública. Além disso, todos os agentes contratados afirmaram que estão estudando para o próximo concurso de agente penitenciário pois pretendem permanecer na área porque gostam da área de segurança.

“Na verdade, assim, eu sempre... assim... eu fui ligado com essa parte de segurança e tal... fiz prova pra militar, mas só que na minha época, quando eu fiz, eu estava servindo o tiro de guerra em 2003. Então assim... eu não tinha esse contato com concurso público igual se tem hoje. (...) Aí fui trabalha (...) fui trabalhar com comunicação visual, mas sempre querendo alguma coisa da área de segurança”. (Entrevista 2 – Agente contratado)

Diversos agentes, aos quais denominamos “ranço do contrato”, na intenção de categorizá-los, que são aqueles que trabalharam por um tempo como contratados e depois passaram no concurso, afirmaram que continuam se preparando para outros concursos mais concorridos na área de segurança, como de Policiais Federais.

#### 4.3.2 As mulheres da unidade

O presídio da cidade de Cataguases é um presídio que só recebe presos masculinos. Dessa forma, não há demanda de trabalhos de escolta, algemação e entre outros, de natureza ostensiva dentro da unidade penitenciária para as agentes mulheres. Existe, na unidade, poucas agentes mulheres. Durante nossa pesquisa conseguimos entrevistar três. Dessas três, uma é efetiva e duas são do “ranço do contrato”, aquelas que trabalharam como contratadas e depois passaram no concurso. Apesar de não distinguirmos o gênero e abordamos a temática enquanto problema de pesquisa, acreditamos ser relevante mencionar os resultados das entrevistas através desse ponto de vista específico.

As mulheres da unidade cumprem funções consideradas seguras. Ou seja, ficam restritas a trabalhos administrativos, revista, serviços de portaria e ao contato com a família dos presos. Apesar de seguro, o contato com a família dos presos acabou aparecendo como um trabalho extremamente estressante, uma vez que ali ocorrem diversos conflitos. De uma forma que, apesar delas não atuarem diretamente

realizando trabalhos ostensivos em relação aos presos, aparentemente sofrem dos mesmos desgastes de se trabalhar no cárcere que os agentes que o fazem.

Uma das agentes entrevistadas possui uma posição de destaque dentro da organização da unidade. Quando perguntada se já sentiu alguma diferença de tratamento no trabalho pelo fato de ser mulher reforçou a ideia de que há um tratamento igualitário entre ela e os colegas. E ainda reforçam uma ideia de que trabalharem em uma unidade masculina é muito melhor do que em uma unidade feminina devido ao respeito direcionado a elas, tanto por parte dos presos quanto por parte dos agentes colegas. Mas quando confrontada em relação ao seu cargo de chefia, disse que talvez haja uma diferença de tratamento, mas que essa forma de tratamento aconteceria de forma desrespeitosa entre as próprias mulheres da unidade.

As demais questões, relacionadas ao estigma de se trabalhar em uma penitenciária, acreditamos que as agentes femininas sofram da mesma forma que os agentes masculinos, uma vez que não conseguimos identificar nas entrevistas algum apontamento específico que nos fizesse elaborar melhor essa diferenciação.

#### 4.3.3 O treinamento

O treinamento que os agentes passam depois do processo de seleção diferente em relação às categorias. Os agentes efetivos passam por um treinamento que dura cerca de 45 dias e se consiste, fundamentalmente, em aulas de explanação sobre a legislação pertinente ao ambiente carcerário, englobando os regulamentos e portarias que deliberam sobre a conduta e procedimentos operacionais dos agentes penitenciários. Possuem também alguma instrução no que se refere à treinamento de técnicas operacionais como uso progressivo de força, utilização de instrumentos não letais, defesa pessoal, técnicas de algemação, entre outras. Na pesquisa, já citada, sobre o perfil dos agentes penitenciários de Minas Gerais, apenas 10% dos agentes efetivos consideraram que os conteúdos ministrados foram adequados e o tempo de formação foi suficiente<sup>26</sup>. Na conclusão do curso, os agentes são colocados em um

---

<sup>26</sup> Oliveira, V. N., Ribeiro, L. M., Bastos, L., M., (2015). Os agentes penitenciários de Minas Gerais: Quem são e como percebem a sua atividade. *Sistema Penal & Violência*, 7(2), 175-192.

período de estágio de, em geral, uma semana de duração em alguma unidade penitenciária para a familiarização com trabalho no ambiente prisional. Nesse momento tem a oportunidade de colocarem em prática todo o conhecimento adquirido no curso e também, sentirem o que é trabalhar dentro de um presídio. Os agentes contratados possuem treinamento reduzido em número de aulas e conteúdo do que os agentes efetivos. O treinamento dos contratados dura em média uma semana. é organizado de forma similar ao dos efetivos, porém, com o tempo significativamente reduzido. Os agentes que entrevistamos, tanto efetivos quanto contratados consideraram o treinamento ineficaz. Todos consideraram que o curso não os prepara minimamente para o trabalho no cárcere.

“5 dias né. Durante 5 dias que foi o estágio, várias baixas aconteceram nesses 5 dias. Porque o cara chega, trabalha, pô, suave... as vezes ele pega os 5 dias mais tranquilos que tem dentro da cadeia. Mas também de contra ponto, ele pode pegar os 5 dias mais frenético que tem dentro da cadeia. As vezes o cara ia ser um bom profissional, mas de cara ele já sofreu aquele impacto da cadeia virando, balançando... o cara fala: “que isso, velho? Não quero isso pra minha vida não”, então assim, acho que um tempo hábil, como é feito na polícia militar, na polícia civil, polícia federal, todos os novos... o estágio ser um estágio maior e o cara já sair do curso de formação já sair preparado. O que que acontece, o cara vem pra trabalhar pra fazer estágio, de calça jeans e camisa branca... ele tá passando pra todos os presos que ele tá em estágio de provação, que ele chegou ontem no negócio, que ele não sabe de nada do sistema. (Entrevista 2 – Agente contratado)

“O último concurso, na época do estágio, onde o cara escolhe a unidade que vai trabalhar, o cara faz um estágio de 5 dias numa unidade sorteada, aí no último concurso teve um monte de agente que desistiu! Fala assim: “não quero pra minha vida isso não!” na época o pessoal comentou, não sei se é certo, parece que foi quase 30% que entraram, do total, desistiu!” (Entrevista 5 – Agente contratado)

“Você aprende muita coisa que você nunca vai usar. Você aprende organização do Estado, da secretaria... e parte prática é muito pouco e ainda assim porque o pessoal tinha boa vontade pra ministrar... a parte da escolta. Porque se não ficaria só na parte da teoria também. Escolta, luta, algemação... Então você tem uma base um pouco melhor do que a do contrato pelo fato de ser 45 dias. E ainda tem o estágio de 5 dias na unidade. Mas tá muito longe do ideal pra você realmente aprender.” (Entrevista 2 – Agente efetivo)

Quando perguntados se imaginam o que seria possível ser feito nesse treinamento para que ele se tornasse efetivo, ou o que deveria ser necessário aprender para que sua conduta fosse a melhor possível, nos foi apresentado a necessidade da criação de uma Academia. Assim, teria um pessoal especializado em

passar os conhecimentos necessários para a dinâmica da profissão, com simulação do ambiente carcerário, um pessoal fixo, uma vez que, segundo nos foi relatado, o grupo de instrutores dos cursos foram mobilizados na época que o curso seria oferecido e se consistia de profissionais mais antigos que tinham mais experiência na dinâmica. No entanto, todos concordaram que é impossível se preparar completamente na teoria. Na realidade, só é possível aprender vivenciando o dia a dia da profissão, segundo os agentes entrevistados.

#### 4.3.4 Os impactos da vivência profissional

Todos os agentes entrevistados, independente da categoria, assumem que, a partir do momento em que se tornam agentes penitenciários, se faz necessário que criem mecanismos de precaução e segurança tanto em relação aos perigos no dia a dia do trabalho, quanto em relação à sua vida privada, fora da unidade. Além disso, há, recorrentemente citações a uma condição de resiliência frente aos processos que todos têm que passar, devido a rotina estressante do trabalho.

“Mas é um lugar complicado de trabalhar. Tem que ter uma estrutura psicológica bem firmada senão você não aguenta não. Porque você passa por vários testes aqui dentro em relação ao preso né. Ele tá sempre testando seu psicológico. Se você aguentar, se você vai alterar. As vezes ele te pressiona em alguma coisa, arruma confusão, te ameaça. Então se você tiver uma cabeça boa mesmo, uma base boa você acaba desistindo” (Entrevista 5 – Agente contratado)

“Não é um trabalho como outro qualquer. A carga emocional aqui... o clima aqui é pesado! Você tem que estar muito bem emocionalmente para poder vir trabalhar. Mas infelizmente as famílias dos presos não aceitam que a gente tá aqui só pra cuidar do preso né? Eles acham que é, não sei, uma maldade... até o que eles passam aí mesmo. Porque sei lá, 31 na cela! A gente sabe que é complicado, mas eles precisam entender que não é nossa culpa! E aí por isso eu acho que vem uma carga negativa em cima da gente muito grande!” (Entrevista 6 – Agente efetiva)

“Isso aí é fato... quando você entra no sistema prisional... o seu comportamento, o seu temperamento, a sua vida muda muito, cara. Bom... pra mim mudou. Você é uma pessoa quando você entra... e aí você muda um pouco. Bastante, quer dizer. No início é complicado. Aí depois você vai administrando aquilo em você. Mas muda seu comportamento completamente. Pra alguns... tem pessoas que, sei lá, conseguem administrar de uma forma melhor, passa de boa, né? Vai tranquilo. Mas pra outros, é bem diferente.” – (Entrevista 1 – Agente contratado)

Sobre os testes que os agentes passam, como citado por um agente que entrevistamos, Oliveira (2018) também identificou essa situação, principalmente em relação aos agentes novatos. Esse teste diz respeito a uma espécie de averiguação dos presos em relação ao perfil dos agentes que atuam na unidade, principalmente os novatos. Eles são colocados em uma situação de vulnerabilidade uma vez que podem se tornar presas fáceis para os detentos em uma possível situação de motim ou rebelião, e por isso se faz importante um alto nível de coesão na equipe sobretudo mediadas pelos agentes mais antigos, por conhecerem melhor o histórico da unidade e o perfil dos presos que estão ali acautelados. Esse pode ser um ponto de tensão entre os efetivos (novatos) e os contratados (antigos), uma vez que os antigos consideram que detêm um saber prático que os novatos ainda não tem e isso em tese deveria conferir um certo status de respeito aos que possuem mais experiência, no entanto, muitas vezes, os novatos não aceitam as orientações e devido à sua situação de concursado, acabam por divergir e isso pode causar algum conflito na equipe, devendo ser resolvido pelo diretor da unidade, ou repassado às instancias pertinentes. Ainda sobre os agentes se sentirem testados, Lourenço (2010) relaciona essa situação com o Panóptico de Bentham. Segundo o autor, a realidade prisional funciona como um panóptico invertido, onde os agentes é que são, na verdade, vigiados pelos presos, que estão sempre atentos para que em qualquer situação de vulnerabilidade que o agente se encontrar, eles possam empreender alguma atitude violenta ou uma fuga.

Foram comuns nas entrevistas que fizemos, os agentes nos contarem que mudaram sua personalidade desde que entraram no serviço. As mudanças mais comuns estão relacionadas a essa postura excessivamente ostensiva que a rotina do presídio exige. Estar atento todo o momento porque qualquer distração pode significar que a cadeia vire. Estar atento as revistas, porque se algo passar despercebido pode colocar a vida de outros presos e de seus companheiros em risco. Enfim, essa postura acaba acarretando mudanças na própria personalidade dos agentes e essas mudanças, mesmo que necessárias para a manutenção da vida, podem ser dolorosas a longo prazo.



“Isso aí é fato... quando você entra no sistema prisional... o seu comportamento, o seu temperamento, a sua vida muda muito, cara. Bom... pra mim mudou. Você é uma pessoa quando você entra... e aí você muda um pouco. Bastante, quer dizer. No início é complicado. Aí depois você vai administrando aquilo em você. Mas muda seu comportamento completamente. Pra alguns... tem pessoas que, sei lá, conseguem administrar de uma forma melhor, passa de boa, né? Vai tranquilo. Mas pra outros, é bem diferente. (Entrevista 1 – Agente contratado)

Mas eu acho que eu me tornei muito mais fria do que eu era. E você anda sempre olhando pra trás, né? Porque querendo ou não... (...) então você sempre olha mesmo... tá andando, mas tá meio preocupada com o que pode acontecer. (Entrevista 6 – Agente concursada)

“Aqui é um pouco desgastante entendeu? Você viver uma vida, uma carreira aqui eu acho um pouco desgastante. O ambiente né? É pesado! Uma carga que acaba não fazendo bem pra saúde. Você que tem muito servidor que se afasta pra fazer tratamento de saúde por causa de psicológico. Então acaba afetando também. (...) por mais que a pessoa goste, o prazer te faz mal né. Mesmo você gostando da profissão você sabe que é um ambiente ruim. De toda forma vai fazer mal. A longo prazo, quem não percebeu ainda, vai perceber. Acaba fazendo mal.” (Entrevista 7 – Agente concursado)

Quando perguntados sobre a rotina de lazer e descanso que desempenham em suas vidas fora da unidade, os agentes foram unânimes também em se referir a uma postura de constante desconfiança e cuidados excessivos. Um relato recorrente é o de, quando frequentam bares ou restaurante na cidade, jamais se sentam de costas para a rua. Em geral, ao chegarem em algum estabelecimento procuram se sentar em locais onde eles consigam enxergar todos que estão naquele ambiente para que, se necessário, tenham tempo de reagir a algum tipo de agressão.

“Para você sentar, você já passa a sentar de costas pra parede, você não senta mais de costas pra rua. Então alguns detalhes que até as companheiras, as esposas da gente vêm percebendo. A minha esposa por exemplo, ela assim, gostava de sentar ao contrário, ela gostava de sentar... era ao contrário, de frente pra rua. Hoje ela já chega e procura a cadeira dela e eu fico de frente pra rua. Esse tique que você acaba desenvolvendo. E é isso aí cara.” (Entrevista 2 – Agente contratado)

“Você nunca sabe se o preso tá só te ameaçando da boca pra fora ou se realmente ele vai tentar alguma coisa quando ele sair! Então você acaba tendo que comprar arma pra fazer sua segurança e da sua família em casa. Você acaba saindo, no seu dia a dia, você sai com esposa, você vai fazer um lanche na rua, tem que sentar sempre com as costas pra parede, nunca com as costas pra rua. Você não tem mais sossego depois que você começa a trabalhar aqui dentro. Sua rotina muda totalmente! Vai sair com família, sempre atento! Qualquer lugar que você tá, não dá as costas pra rua!” (Entrevista 5 – Agente contratado)

É possível perceber uma situação permanente de medo e atenção que, pelo que podemos observar, está completamente relacionada às consequências do seu trabalho no dia a dia. Entrevistamos um agente em situação de contrato que havia voltado a pouco de uma licença médica por ter desenvolvido crise do pânico, em decorrência, segundo o diagnóstico, do trabalho dentro do presídio. Ele faz tratamento psiquiátrico, utiliza medicamentos e não ocupa funções dentro da unidade que precisem da utilização de arma de fogo. O referido agente era um dos que estava a mais tempo trabalhando na unidade e apesar de afirmar que gostava do trabalho, não tinha certeza se prestaria concursos para continuar, uma vez que seu contrato estava a véspera do vencimento, sem possibilidade de renovação. Outra agente entrevistada, essa já efetiva, nos disse ter acabado de passar por uma depressão e considera que foi por causa de problemas relacionados ao estresse ligados ao dia a dia do trabalho. Nos contou que havia parado de tomar a medicação, mas que continua fazendo terapia e a considera indispensável para o trabalho.

O que parece ser o mais perceptível é que, quanto mais tempo a pessoa passa no trabalho de agente penitenciário mais ela se torna diferente. O trabalho no cárcere faz com que o agente desenvolva certos aprendizados relacionados à cultura prisional, que passa a fazer parte da sua personalidade.

#### 4.3.5. O "jeitinho"

Como já exploramos em outros momentos deste trabalho, o trabalho nas prisões exige um certo saber prático que não é aprendido em nenhum curso de formação. Esse saber só é adquirido no cotidiano da unidade prisional e demanda, por parte dos agentes novatos um aprendizado recorrente da dinâmica da unidade, do reconhecimento dos presos, do trato com os colegas de profissão, entre outras coisas.

Oliveira (2018) afirma que, durante as décadas de 80 e 90, nas prisões mineiras, o que caracterizava a qualidade e efetividade na manutenção da ordem dentro de uma unidade penitenciária seria a construção de uma "malícia" por parte dos guardas. Essa "malícia" diz respeito à um conhecimento prático do cotidiano prisional, da vivência dos detentos, suas gírias e formas de articulação. Os guardas,

ao adquirirem esses conhecimentos (que não era passado em nenhum tipo de curso de formação) conseguiriam analisar as situações do cárcere evitando qualquer tipo de quebra de ordem e garantindo o pleno funcionamento da unidade. No entanto, a constituição dessa “malícia”, envolvia um nível profundo de inserção no dia a dia da pessoa encarcerada, para além de simplesmente bater a tranca. Envolvia também uma certa manipulação dos regimentos existentes, partindo de um pressuposto de que cada unidade é uma unidade e por isso, seria preciso que alguns improvisos ocorressem, em certas circunstâncias. Essa inserção, porém, é considerada perigosa, principalmente porque a cadeia é considerada um lugar poluído. Um lugar onde o “mal está no ar” (Morais, 2005, p.41).

Esse tipo de postura, de construção de uma malícia é considerada hoje, dentro da atual lógica de gestão das unidades prisionais como um vício de outros tempos e por isso, necessário que seja superado. Hoje existem os procedimentos regulamentados e definidos pelos órgãos competentes que orientam todo o tipo de comportamento e atividade dos agentes para com os presos dentro da unidade. Há, no entanto, agentes que insistem na ideia de que esse tipo de procedimento não é possível de ser cumprido em todos os momentos e para todas as situações, pois, nas palavras de um entrevistado, “cada caso é sempre um caso”.

Há dentro da lógica dos contratados, a partir do que pudemos observar, sobretudo em relação àqueles que lidam diretamente com os presos, uma tentativa de triagem informal entre os presos recém-chegados na unidade. Eles avaliam por exemplo, a partir de critérios próprios, que determinados tipos de crimes são considerados pequenos desvios e não são suficientemente relevantes para se considerar uma trajetória criminosa.

“Na unidade quando chega gente conhecida, as vezes chega algum que você sabe que não é bandido. Caiu por um algum deslize bobo! Um exemplo: Chegou um amigo meu aqui que estudou comigo praticamente a vida toda! Caiu aqui porque teve uma desavença com o cunhado, brigou com o cunhado e foi preso por agressão. Eu não considero o cara bandido! Teve uma desavença com o cunhado, brigou, saíram no tapa e veio preso. Ponto. Eu não considero como bandido”. (Entrevista 5 – Agente contratado)

“Tem muita gente aqui que tem uma história de vida que não é criminosa. História de um desvio! Você vai considerar o cara um criminoso? É por isso aí que eu tenho mais respeito...” (Entrevista 4 - Ranço do contrato)

Pelo que observamos, esse tipo de preso, relativamente comum em um contexto de cidades pequenas, são tratados de forma diferente dentro das possibilidades da unidade, pelos agentes contratados, buscando evitar com que esse preso “se contamine”. Não nos pareceu, no entanto, que os agentes efetivos novos possuem essa mesma perspectiva de atuação. Eles nos pareceram mais pragmáticos e legalistas, talvez seja fruto de uma modificação no treinamento e em uma progressiva profissionalização da carreira.

“Eu não chego lá, eu vou gritar eu vou bater boca. Eu pego, se tá errado e se me desrespeitou, eu pego e faço um comunicado que é bem pior pra ele do que se eu chegasse lá e fizesse alguma coisa, entendeu? Esbravejasse, gritasse! Entendeu? Proibisse ele de fazer certas coisas... Eu fazendo um comunicado eu tiro uma sacola dele, entendeu? Fazendo tudo na legalidade. No erro dele, fora do que ele não pode fazer.” (Entrevista 10 – Agente efetivo)

Loureço (2010) também observou a mobilização dessa influência informal que os agentes podem ter dentro das unidades penitenciárias podendo beneficiar ou prejudicar presos conhecidos. Ele aponta para uma ambiguidade inerente a esse processo: por um lado os agentes são engessados institucionalmente, e o são cada vez mais, devido intensificação da padronização de procedimentos e a lógica organizacional cada vez mais próxima de uma polícia, porém, por outro lado, ainda há essa mobilização do “jeitinho” que permite uma certa flexibilidade na organização interna. Em sua pesquisa, encontrou que 64,4% dos agentes entrevistados<sup>27</sup> já haviam concedido e demandado um “jeitinho” para alguém.

#### 4.3.6 A família

Uma pergunta que fizemos a todos os agentes entrevistados foi qual a opinião da família deles em relação ao trabalho que exercem. Por família consideramos tanto esposas e filhos, quanto também mães, pais e afins. As respostas foram unânimes ao afirmarem que os familiares dos agentes se encontram desconfortáveis com suas profissões. A família, enquanto categoria sociológica, representa sobretudo um núcleo de sociabilidade que estabelece uma série de relações: afetivas, econômicas,

---

<sup>27</sup> Lourenço, 2010, p. 19.

ideológicas, etc. Dessa forma, compreender como as famílias compreendem e lidam com o fato de os agentes trabalharem diretamente com pessoas “indesejáveis” pode nos apontar uma direção para identificarmos melhor as formas como os estigmas são percebidos.

Um dos agentes entrevistados nos contou que começou a trabalhar no presídio sem avisar para a mãe. Ele trabalhava alguns anos em uma farmácia como balconista e devido a um desemprego acabou por se inscrevendo em um processo seletivo simplificado de contratação simplificada.

“Minha mãe... eu não falei que eu ia entrar aqui. Ela ficou sabendo, eu já estava trabalhando porque o fato de ter uma espera para entrar aqui. Ela ia sofrer aquele tempo todo. Então eu falei um mês. Um mês não, uns 15 dias depois que eu vim a primeira vez, que eu tava aqui. Eu ia pouco lá em casa. Eram plantões noturnos. (...). Aí ia lá, passeava e tal, aí nuns 15 dias eu falei com ela. Aí ela “Nossa você é maluco!”. (...), mas aí depois de um mês, dois meses, ela se conformou com isso. Mas até hoje ela acha perigoso, sabe?” (Entrevista 4 – Agente Ranço do Contrato)

Todos os agentes afirmaram que a família, principalmente em um primeiro momento, não concordou com a decisão e apresentaram resistência quanto a insistência em continuar trabalhando no presídio.

“Minha família... todos eles eram contra assim, de certa forma, entendeu? Não achava legal. É o que eu te falei... assim... eu também achava perigoso né? E eles, como família quer sempre o bem da gente... Sempre “Não, não vai... Porque você vai fazer isso? Tenta outra coisa” risos. Mas aí eu... a vontade né e o salário fala mais alto.” (Entrevista 1 – Agente contratado)

O que pudemos observar também foi o fato de que muitos nos apresentaram seus mecanismos de evitar falar das questões relacionadas ao trabalho em casa. Eles agem dessa forma buscando evitar que se leve para dentro de casa os problemas da cadeia. Todos os agentes entrevistados também nos disseram que, terminado o seu expediente, é preciso “desacelerar”, ou seja, criar algum mecanismo para que a carga de adrenalina existente no dia a dia da prisão não entre pelas portas da casa.

“A família da gente não tem... por exemplo, eu com a minha esposa converso o mínimo de cadeia possível. Eu não gosto de conversar com ela sobre isso aqui. A não ser coisa que tiver me incomodando mesmo eu pergunto uma opinião. (...) . Eu chego em casa as vezes coloco meu fonezinho de ouvido lá e vejo o que eu posso ali... escutar uma música que mais vai me deixar tranquilo.” – (Entrevista 2 – Agente contratado)

“Quando eu chego em casa, é uma meia hora que eu preciso pra mim. Tomar meu banho sozinho, ficar tranquilo pra dar uma... pra voltar aquele ambiente de casa né? Quando você sai do trabalho, você tá com a cabeça meio... as vezes sem perceber você tá diferente.” (Entrevista 7 – Agente efetivo)

“Às vezes o dia tá pesado aqui, aí você chega em casa e os filhos falam que você tá nervosa. Então até você centrar e, pera aí! Aquilo lá fica lá e aqui é minha casa e vamos separar! Até você aprender a fazer essa separação, te gera um certo transtorno sim! E é uma profissão estressante! (...) eu procuro fazer uma atividade física, aula de música, passear, porque você tem que ter os momentos para desligar disso aqui. Isso aqui não é qualidade de vida pra ninguém não. (Entrevista 9 – Agente ranço do contrato)

A exposição nas redes sociais apareceu nas entrevistas como um dos mecanismos de precaução que os agentes acabam tomando principalmente para que a família dos mesmos não seja exposta. Essa talvez seja uma questão nova, uma vez que é recente o aumento do acesso aos smartphones e a internet e a utilização em grande escala das redes sociais. A modernidade informacional também atingiu e impactou de alguma forma na conduta dos funcionários do sistema penitenciário.

“Eu tinha facebook, hoje já não mexo mais no meu facebook. Não posto mais nada no meu facebook. Meu facebook deve estar parado tem uns dois anos. Posto muito pouca foto... assim... tiro muito pouca foto da minha esposa. E algumas fotos não deixo ela nem colocar dependendo do local porque: “Pô, pessoal vai saber que eu vou em tal local”” – (Entrevista 2 – Agente contratado)

Outra agente nos disse que parentes próximos a pedem para que não poste fotos das crianças da família nas redes sociais. Apesar de ela ter vontade de postar as fotos das crianças sabe que isso pode significar uma indicação para alguém que, por algum motivo, queira atingi-la de alguma forma. E a família endossa essa preocupação não permitindo que as fotos sejam publicadas.

Goffman (1963) utiliza o conceito de “pessoas informadas” para caracterizar aquelas pessoas que o indivíduo estigmatizado pode esperar algum apoio. São as pessoas que oferecem um suporte emocional para que os indivíduos estigmatizados não precisem se envergonhar de seus estigmas. Um dos tipos de “pessoas informadas” definido pelo autor são aquelas pessoas que se relacionam com indivíduos estigmatizados através de uma estrutura social. No caso que nos propomos a analisar, a família do agente penitenciário. Elas apesar de aparecerem e se colocarem como um ponto de apoio para a vida dos agentes, compartilham, em alguma medida, o descrédito relacionado aos estigmas da profissão.

#### 4.3.7 A Sociedade

Muitos dos agentes também nos apresentam alguns indícios de que sentem que a sociedade não os vê com bons olhos. Indicam, em diversos momentos, que entendem que existe um estigma relacionado ao preso, a instituição prisional em si, e que por fazerem parte desse universo, o estigma também vai se estabelecer sobre eles. Esse estigma pode se estabelecer associando o agente como uma figura perigosa, corrupta, ou mesmo como um policial, ou uma pessoa que pode atuar de forma autoritária policiando o comportamento das pessoas presentes, uma vez que ele trabalha no sistema de segurança. Um dos relatos mais marcantes relacionado com esse ponto de vista foi de um agente que nasceu e cresceu em um bairro da periferia da cidade e ao se tornar agente penitenciário teve que mudar de bairro, pois começou a ser considerado na comunidade, nas visões dele, como um “inimigo”.

“Eu convivi no bairro onde eu morava e eu tive que sair de lá, quando eu entrei no sistema eu saí desse bairro, moro em outro bairro agora. Mas nesse bairro onde mora a minha família, onde eu fui criado, eu sou visto pelas pessoas de lá como inimigo. As pessoas que eu conheci de lá, que nem eram amigos, que eram colegas, eu sou visto como inimigo. Eu mudei de lá para evitar de continuar tendo contato ali e ter problema depois. Eu passo, me olham com cara feia, se alguma pessoa que estudou comigo, que ainda conversa comigo me cumprimenta, e já teve caso de chegar pra mim e falar “Pô, aquele dia te cumprimentei ali o outro cara falou – você conversa com esse babaca? Dá ideia pra esse cara não, esse cara é agente! Eles tratam dessa forma.” (Entrevista 5 – Agente contratado)

O estigma da sociedade é observado em diversos momentos. Outro agente, buscou me relatar uma situação que ocorreu na unidade em um verão. Cataguases é uma cidade que chega a temperaturas muito altas e o presídio da cidade, devido a sua localização fica exposto ao sol durante o dia todo. Isso faz com que a temperatura do local seja desagradavelmente alta. Nas celas, pela humidade e as condições, a situação fica ainda mais desagradável. Nessa situação, uma entidade religiosa da cidade se prontificou a doar picolés para os presos. O agente me disse que foi solicitado a quantidade de presos na unidade e a quantidade de picolés exata foi enviada para o presídio. O agente nos relatou que não era uma questão de que eles também queriam picolés, mas eles também estavam submetidos ao calor do local de

trabalho e nem se quer lhes foi oferecido o picolé. Essa pitoresca situação serve para exemplificar o sentimento que os agentes têm em relação ao estigma que a sociedade os coloca. Há um constante ressentimento com o não reconhecimento por parte da sociedade mais ampla em relação a importância de sua profissão.

O presídio da cidade se localiza em um local de difícil acesso. É em no alto de um morro onde só é acessível por uma rua. Não é um lugar que se vai por acaso. Quem segue por aquele caminho vai para o presídio. Uma nota referente a desenvolvimento da pesquisa talvez ilustre a situação de estigma da unidade frente a cidade. Em uma das visitas da unidade, tivemos que subir de taxi, devido a distância e a dificuldade de chegar no local, como já dito. O taxista, quando soube do destino, hesitou por um instante e nos interpelou com várias perguntas que diziam respeito a natureza de nossa visita. É um lugar que suscita sentimentos diversos na população da cidade. Medo, insegurança, curiosidade, entre outros. A localização do presídio é marginal ao funcionamento da cidade. Os presos também, são, em geral, provenientes das periferias da cidade ou de outras cidades menores na região. Todo esse contexto de exclusão geográfica e social que imbui a cadeia de um significado próprio, inevitavelmente recai sobre a figura do agente. Como buscamos mostrar, o agente também sente esse estigma imposto pela sua condição profissional, e mesmo depois, se por ventura largarem a profissão, dificilmente os abandonará.

#### 4.3.8 O Estado

Outro ponto onde acreditamos ser possível identificar a manifestação do estigma vivenciados pelos agentes aparece quando eles se referem ao Estado. Em diversos momentos consideram que a precarização do trabalho no cárcere e grande parte dos problemas que precisam lidar na rotina do dia a dia de trabalho é de responsabilidade do Estado. Foram diversos exemplos de situações onde a equipe precisava garantir o funcionamento da unidade por conta própria, sem depender da ajuda do Estado.

“Tudo, tudo! A estrutura física, a estrutura pessoal, a estrutura profissional, estrutura financeira. Acho que tudo isso está bem precário ainda para um ambiente de trabalho adequado. Igual aqui ó, essa sala que você tá vendo



pintada... quem pintou foi a gente. A gente tirou dinheiro do próprio bolso, comprou a tinta e foi pintar. Se a gente quiser fazer alguma coisa aqui dentro de benefício, tanto pra gente quanto pra preso, é muito difícil o estado fornecer alguma coisa. Entendeu?” (Entrevista 2 – Agente contratado)

“Aqui, até pouco tempo a gente não tinha refeitório. A gente almoçava no paralelepípedo ali. Debaixo do pé de manga. É bom lá na roça que você tá lá com a sua família. Aqui não. Aqui você tá no seu ambiente de trabalho. A gente não tinha esse ambiente aqui pra gente tomar um café. Os agentes não tinham dormitório, não tinham um escaninho pra deixar material”. (Entrevista 4 – Agente do Ranço do Contrato)

A situação de descaso com manutenção da unidade, no que diz respeito ao aspecto estrutural, de equipamentos e de pessoal, faz com que os agentes penitenciários demonstrem uma enorme insatisfação para com as instancias que estão subordinados. Nesse ponto, não conseguimos identificar uma diferença significativa de opiniões em relação à situação do trabalhador. Contratados e efetivos direcionam com muita ênfase suas críticas ao Estado.

Recorrentemente, também, os agentes comparam a atuação do Estado em prol de garantir as condições para a realização do seu trabalho com as garantias de serviços prestados às pessoas presas. Se queixam de que o preso possui uma série de regalias e acesso a serviços que eles não possuem o direito de acessar. Uma agente nos contou sobre o acesso a psicólogos. Um serviço que é oferecido aos presos dentro da unidade, e que, segundo eles, poderia, também, ser oferecido aos agentes, e não o é.

“Eu acho que era uma coisa que o Estado deveria fornecer pra gente. Porque é um preço alto que a gente paga por trabalhar aqui. E assim, o preso tem direito e a gente não! O preso tá aqui porque ele quer? A gente tá aqui pra trabalhar mesmo! O trabalho é muito pesado pra não ter um acompanhamento.” (Entrevista 5 – Agente concursada)

Em outra entrevista, a agente nos disse se incomodar com o fato de os agentes penitenciários comerem a mesma comida que é oferecida aos presos. E que a qualidade da comida é satisfatória para o preso, mas o Estado deveria garantir uma refeição com maior qualidade para os Agentes.

Entendemos que esses exemplos nos mostram que esses profissionais se consideram subvalorizados pela própria estrutura que representam. Segundo os relatos, Estado não se preocupa sequer com a segurança dos agentes, uma vez que,

ao negligenciarem reformas na estrutura física das unidades penitenciárias acabam criando situações de possíveis rebeliões por exemplo, onde os agentes são facilmente expostos a violência. Isso tudo acaba por estigmatizar ainda mais o seu trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização desta pesquisa, tentamos realizar um intenso levantamento de dados sobre as pesquisas que possuíam como temática central a situação dos agentes penitenciários. Discutimos também, os estudos clássicos sobre as prisões no Brasil e a relevância dessa discussão no contexto que estamos inseridos. Tentamos discorrer sobre papel do Estado na dinâmica e no funcionamento da prisão e os impactos das políticas públicas que se relacionam de alguma forma com o controle do crime na realidade penitenciária. Utilizamos o conceito de Estigma, de Erving Goffman, por considerar que é especialmente aplicável à situação problema que identificamos e nos propusemos a entender com mais profundidade.

Nos inserimos, durante cerca de 4 meses, no dia a dia da unidade penitenciária da cidade de Cataguases – MG, a fim de compreender de que forma se estabelece uma relação entre a profissão de Agente de Segurança Penitenciária e os estigmas relacionados ao universo prisional. Identificamos, através da análise das entrevistas que pudemos fazer, que existe uma diferença significativa entre a condição profissional dos agentes penitenciários.

Na unidade, identificamos a figura do efetivo, aqueles agentes que ainda não haviam trabalhado na área de segurança mas foram aprovados no concurso, a dos contratados, agentes, em geral, que possuem mais tempo de trabalho nesse universo penitenciário, e aqueles que possuíam o “ranço do contrato”, que seriam os agentes que começaram como contratados e depois foram aprovados no concurso. Essas diferenças dentro da profissão acabaram por se colocarem como significativas, uma vez que identificamos que haviam conflitos entre os contratados e os efetivos no que dizia respeito à forma de condução da atividade laborativa dentro da unidade penitenciária.

Buscando entender melhor essas diferenças, entendemos que a profissão engloba algumas dimensões que aparentemente estão passando por um processo de mudança que se relaciona com uma progressiva “profissionalização” da categoria. A “profissionalização” envolve, sobretudo, a racionalização de determinados procedimentos e condutas dentro da dinâmica do presídio visando controlar e

gerenciar com mais efetividade as atividades dentro da prisão. Entendemos, também, que uma dimensão dessa “profissionalização” se relaciona com algo mais amplo que ocorre na realidade brasileira, que é a progressiva militarização das políticas de segurança pública.

Os agentes de segurança penitenciária, devido a sua proximidade com os presos e com tudo o que a prisão possui de ruim, acabaram por serem ligados a esses estigmas. A figura do carcereiro, ao longo dos anos, foi associada com a corrupção e a violência que aparecem como inerentes ao mundo “contaminado” da prisão. Tentamos exemplificar, nas falas dos agentes entrevistados dimensões diversas de como estigma se relaciona com a sua profissão. No entanto, percebemos também, que há um esforço por parte dos agentes em tentarem abandonar esse estigma. Os esforços giram em torno de uma racionalização das atividades e procedimentos, como ditos anteriormente e a adoção uma série de atributos militarizados, como equipamentos táticos, fardas, coturnos, etc. No entanto, as medidas que os agentes e o Estado têm utilizado para garantir essa “profissionalização” se confronta com a dimensão do “jeitinho” – uma artificio que se caracteriza por atitudes e procedimentos informais que cumprem um papel preponderante na dinâmica de manutenção da ordem penitenciária. Identificamos nos agentes “contratados” resquícios de tentativa da manutenção de um saber tradicional relacionado a manutenção da ordem nas prisões. A dimensão da “profissionalização” é melhor representada pelos agentes efetivos e a dimensão do “jeitinho”, pelos agentes contratados. Essas duas posições dentro da dinâmica da unidade se materializam em conflitos e divergências.

Acontece que, uma vez que a figura do agente contratado vai desaparecendo com o encerramento dos contratos de prestação de serviços e concursos são abertos, é possível que em alguns anos esse saber tradicional se perca e a “profissionalização” se estabeleça completamente, dando um status cada vez mais policial à profissão de agente penitenciário.

As mudanças da profissão e dos manuais de conduta acontecem conjuntamente com outra mudança que precisa ser estudada com mais atenção: a mudança no perfil de presos. Vemos com cada vez mais intensidade um aumento atuação das facções criminosas nos presídios brasileiros. Essa atuação se materializa

nas práticas de violência e nas crises, mas também, na manutenção da ordem interna das unidades penitenciárias.

De que forma as mudanças que vêm ocorrendo nas atribuições e condutas do agentes penitenciários se relacionam com esse aumento do controle das facções criminosas e qual o impacto dessa nova formatação da atividade e organização penitenciária não se caracterizou como preocupação deste estudo que concluímos, mas sem dúvida, abre mais um caminho de possibilidade para a compreensão de um objeto de estudo que parece, ainda, não se esgotar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALKO, R. *Rise of the Warrior Cop: The Militarization of America's Police Force*. New York: Public Affairs, 2013.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. Trajetórias Profissionais e carreira dos agentes penitenciários: Distrito Federal e Goiás. In: SANTOS, J. V. T. (Org.). *Subsídios para construção de um novo fazer segurança pública*. Brasília: SENASP, 2009.

BARCINSKI, M.; ALTENBERND, B.; CAMPANI, C. Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma agente penitenciária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 7, p. 2245-2254, 2014.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEZERRA, C. M.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 7, p. 2135-2146, 2016.

BRAGA, C. M. L. *Crime e Sociedade: O diagnóstico de uma situação*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973.

CHIES, L. A. B.; BARROS, A. L. X.; LOPES, C. L. A. S.; OLIVEIRA, S. F. A prisionalização do agente penitenciário: um estudo sobre encarcerados sem pena. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 52, p. 309-335, 2001.

CLEMMER, D. *Prision Community*. Chicago: Holt, Rinehart And Winston, 1958.

COELHO, E. C. *Oficina do Diabo e Outros Escritos Prisionais*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

DIMENSTEIN, M., LIMA, A. I. O., FIGUEIRÓ, R. A.; LEITE, J. F. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, v. 17, n. 1, p. 62-70, 2017.

DUARTE, R. Entrevista em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, Curitiba, v.24, p. 213-225, 2004.

FERNANDES, R. C. P., SILVANY NETO, A. M., SENA, G. M., LEAL, A. S., CARNEIRO, C. A. P., & COSTA, F. P. M. Trabalho e cárcere: um estudo com os agentes penitenciários da região metropolitana de Salvador, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 18, n. 3, p. 807-816, 2002.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GONÇALVES, F. E. *Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do agreste potiguar*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GOULART, H. R. A. *Hipermilitarização e paramilitarização: Novos paradigmas ou novas bandeiras de propaganda da segurança pública?*. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo*. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: Edufal, 2013.

LOPES, R. Psicologia Jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais. *Psicologia para América Latina*, México, n. 0, 2002.

LOURENÇO, A. S. *O Espaço de Vida do Agente de Segurança Penitenciária no Cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários*. Curitiba: Juruá, 2011.

LOURENÇO, A. S. *O Espaço de Vida do Agente Segurança Penitenciária no Cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários*. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOURENÇO, L. C. Batendo a tranca: impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, n. 10, p. 11-31, 2010.

LOURENÇO, L. C. Contribuições pioneiras das ciências sociais no estudo sobre as prisões brasileiras do séc. XX. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 46, p. 169-180, 2015.

MARTINS, T. P. Poder e discricionariedade de agentes de segurança penitenciária: uma revisão pela perspectiva da burocracia de nível de rua. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 7., 2015, São Luís. *Anais...* São Luís, 2015. p. 1-13.

MORAES, P. R. B. A identidade e o papel de agentes penitenciários. *Tempo social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-147, 2013.

MORAES, P. R. B. *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCrim, 2005.

NOBREGA JR. José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública. Um entrave para a democracia brasileira. *Revista Sociologia e Política*, v. 18, n. 35, p. 119-130, 2010.

Nunes, A. I. C. *Discurso religioso no cárcere: caminhos e possibilidades*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

OLIVEIRA, V. N. *O dilema identitário dos agentes de segurança Penitenciária guardiões ou policiais?*. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, V. N.; RIBEIRO, L. M.; BASTOS, L. M. Os agentes penitenciários em Minas Gerais: Quem são e como percebem a sua atividade. *Sistema Penal & Violência*, v. 7, n. 2, p. 175-192, 2015.

PAIXÃO, A. L. *Recuperar ou punir? Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMALHO, J. R. *Mundo do Crime – a ordem pelo avesso*. São Paulo: Graal, 1979.

SÁ, A. A. *Criminologia clínica e Psicologia Criminal*. São Paulo: RT, 2007.

SANTOS, D. C.; DIAS, J. S.; PEREIRA, M. B. M.; MOREIRA, T. A.; BARROS, D. M., SERAFIM, A. P. Prevalência de transtornos mentais comuns em agentes penitenciários. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 8, n. 1, p. 33-38, 2010.

SOUZA, L. A. F. Novas dimensões da militarização da segurança pública no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DE ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindoia. *Anais... Águas de Lindoia*, 2012. p. 1-24.

THOMPSON, A. *A questão Penitenciária*. Petrópolis: Forense, 2002.

TSCHIEDEL, R. M.; MONTEIRO, J. K. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 18, n. 13, p. 527-535, 2013.

TSCHIEDEL, R. M.; MONTEIRO, J. K. Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de Psicologia*, v. 18, n. 3, p. 527-535, 2013.

VARELLA, D. *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, E. (Org.). *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.



XAVIER, W. S. Mitos fundadores, tradições inventadas e sentidos de cidade: uma incursão pela velha e nova Cataguases-MG. *Revista de Administração Mackenzie (Online)*, v. 15, n. 6, p. 122-148, 2014.

ZAVERUCHA, J. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999-2002*. Rio de Janeiro: Record, 2005.